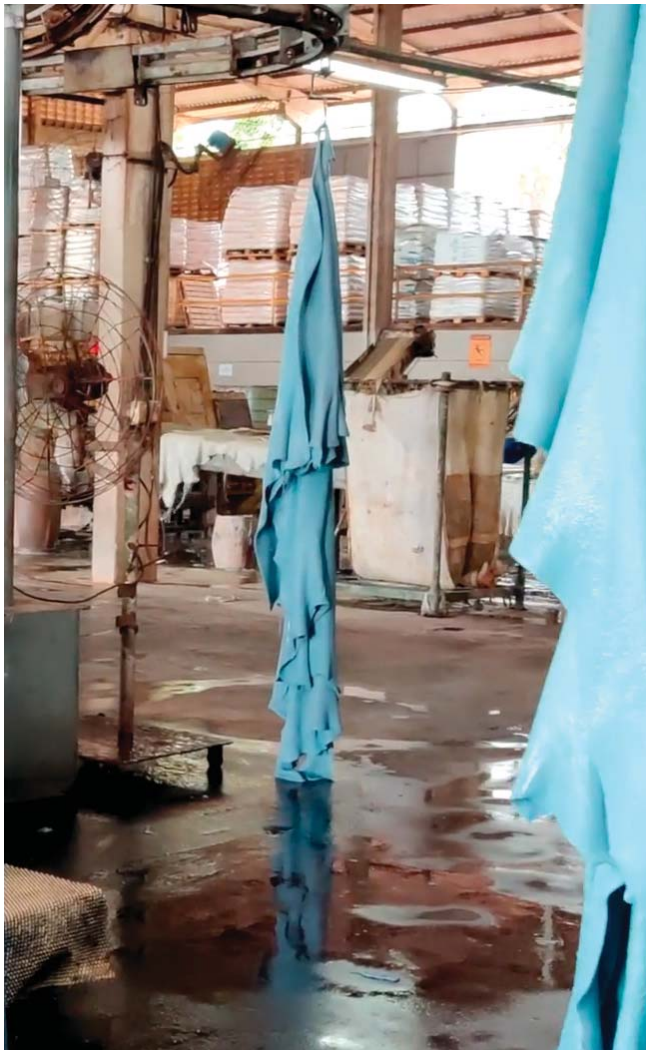




DESMATAMENTO NO ASSENTO DIANTEIRO

Pecuária ilegal, desmatamento da Amazônia
e a indústria de couro para carros





ÍNDICE

Principais resultados	1
Sumário	2
Rondônia: Fronteira do desmatamento e crime relacionados ao gado	4
Comerciantes e trapaceiros: Da área protegida para a cadeia de suprimentos do couro	10
Da Amazônia aos assentos automotivos	19
Conclusões	23
Recomendações	24
Metodologia	25
Referências	26

AGRADECIMENTOS

O documento foi produzido com o apoio financeiro da Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas (Norway's International Climate and Forest Initiative – NICFI), da Good Energies Foundation, do Fundo Tília, da Fundação Weeden e da Fundação Whitehead. O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva da EIA EUA e não reflete necessariamente as posições de quaisquer doadores.



SOBRE A EIA

Investigamos e realizamos campanhas contra crimes e abusos ambientais. Nossas investigações expõem crimes transnacionais contra espécies selvagens, com foco em elefantes e tigres, e ainda crimes florestais, tais como extração ilegal de madeira e desmatamento para fins de culturas comerciais, como a do óleo de palma. Trabalhamos para proteger os ecossistemas marinhos globais, abordando o problema das ameaças representadas pela poluição plástica, pela captura accidental e exploração comercial de baleias, golfinhos e botos. Finalmente, reduzimos o impacto das mudanças climáticas realizando campanhas para eliminar os intensos gases refrigerantes de efeito estufa, expondo o comércio ilícito relacionado bem como melhorando a eficiência energética no setor de refrigeração.

EIA EUA

Caixa Postal 53343
Washington, DC 20009 EUA

T: +1 202 483-6621

E: info@eia-global.org

us.eia.org

Design: www.designsolutions.me.uk

Salvo indicação em contrário, as fontes deste relatório são relatórios internos de investigação da EIA, com fotos, áudio e vídeo coletados durante a investigação.

© Environmental Investigation Agency, Inc. 2022.

Todas as imagens da © Environmental Investigation Agency, Inc., salvo indicação em contrário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A investigação da EIA detalha como o couro oriundo de gado criado em terras desmatadas ilegalmente na Amazônia brasileira entra nas cadeias de suprimentos de três das maiores empresas de couro do país, que os fornecem a fabricantes globais de produtos de couro, desde assentos de carro a sofás e bolsas.
- A investigação recorreu a licenças de transporte de gado para rastrear milhares de bovinos criados ilegalmente em uma das áreas protegidas mais desmatadas da Amazônia brasileira, a Reserva Extrativista Jaci-Paraná, e em várias fazendas fora da área protegida, onde a pecuária dá-se em áreas embargadas por desmatamento ilegal, e vai parar nas cadeias de suprimentos dos principais frigoríficos do estado de Rondônia - operados pela JBS, Marfrig, Minerva, Irmãos Gonçalves e Distriboi.
- As análises e casos apresentados neste relatório indicam desmatamento ilegal sistêmico e invasões de áreas protegidas e de Territórios Indígenas, que ocorrem em toda Rondônia e ilustram o alto nível de risco associado à carne bovina e couro proveniente deste estado.
- A grande maioria do couro produzido pelos frigoríficos de Rondônia é processada em três grandes curtumes do estado, sendo que dois deles são operados pela JBS, a maior exportadora de carne bovina e couros do Brasil; e um deles – o curtume Bluamerica – é operado em conjunto pelas empresas de couro Vancouros e Viposa. Esses curtumes trazem um risco significativo de desmatamento ilegal às cadeias globais de fornecimento de couro das empresas: sua capacidade combinada de processamento de cerca de 10.000 couros em bruto por dia representa uma proporção significativa da capacidade total de produção de cada uma dessas empresas no Brasil. Representantes das empresas disseram a investigadores da EIA que os couros de Rondônia e de outras partes da Amazônia são comumente usados na fabricação de assentos automotivos de couro.
- O Brasil exportou US \$1,4 bilhão em couro em 2021, sendo os maiores destinos a China, a UE e os EUA. A indústria automotiva global é um dos maiores consumidores de couro oriundo do Brasil, respondendo por cerca de um terço da produção total do país. A Lear Corporation ("Lear"), líder mundial na fabricação de assentos automotivos de couro, obtém 70% de seu couro do Brasil, onde a JBS e a Vancouros são suas maiores fornecedoras. Aproximadamente um em cada cinco assentos de carro de couro no mundo é feito pela Lear usando couro proveniente do Brasil, com base em dados da própria empresa.
- A EIA concluiu que a fábrica de curtumes Bluamerica obtém gado de empresas produtoras de carne que compraram diretamente gado criado ilegalmente dentro da área protegida de Jaci-Paraná, o que contradiz a afirmação da Lear de que "100%" de seus fornecedores usam georreferenciamento para garantir que seus fornecedores diretos não sejam provenientes de áreas protegidas. Milhares de outros bovinos que pastam dentro da área Jaci-Paraná entraram nas cadeias de suprimentos da JBS, Vancouros e Viposa após serem transferidos para fazendas intermediárias fora da área protegida, o que evidencia a inadequação das políticas de monitoramento das empresas produtoras de carne, políticas essas que só monitoram as fazendas que abastecem diretamente os frigoríficos.
- Com o fornecimento da Lear Corporation e outros fabricantes de assentos de carro abastecidos pela JBS, Vancouros e Viposa (usando couro do Brasil), as principais montadoras estão vendendo produtos associados a um risco significativo de contribuir para o desmatamento ilegal na Amazônia. A Lear Corporation cita a GM, Ford, Volkswagen, Stellantis e Daimler como os principais clientes de seus assentos e também possui participação significativa no mercado de luxo ou mercado de marcas de alta performance produzidas por montadoras como a Land Rover e a BMW. Embora as montadoras normalmente não sejam transparentes sobre seus fornecedores de couro, em entrevistas com investigadores da EIA, um funcionário sênior da Vancouros mencionou as caminhonetes Range Rover Evoque e Ford F-Series como exemplos de modelos que usam couro da Vancouros. Ademais, um funcionário sênior da JBS afirmou que a empresa fornece para os veículos BMW Série 3, 4 e 5, Ford F-Series e Ram, entre outros.
- O fracasso em fazer cumprir as leis ambientais e a fraca fiscalização do governo permitem que o gado criado em terras desmatadas ilegalmente seja "lavado" nas cadeias de suprimentos por meio de intermediários, assim evitando facilmente os sistemas corporativos de monitoramento da cadeia de suprimentos, sistemas estes limitados a fornecedores diretos. Isso geralmente envolve o abuso das licenças de transporte de gado (Guia de Transporte Animal - GTAs) e registros de propriedades rurais (Cadastro Ambiental Rural - CARs). Esses sistemas visam fortalecer a transparência, tornar mais fácil o rastreamento e a adequação às leis, porém a falta de fiscalização rigorosa por parte das autoridades governamentais no que diz respeito a informações autodeclaradas fornecidas por pecuaristas e comerciantes de gado deixam tais sistemas suscetíveis a fraudes e manipulações.
- Os estudos de caso apresentados neste relatório mostram como fazendeiros e intermediários podem usar GTAs e CARs para ajustarem rapidamente a papelada referente a seu gado sempre que um esquema de lavagem é exposto e assim continuarem a esquivar-se das iniciativas das empresas produtoras de carne que tentam remover de suas cadeias de suprimento o gado criado em fazendas com desmatamento ilegal. A EIA conclui que os atuais sistemas de monitoramento das empresas brasileiras produtoras de carne e couro são inadequados para excluir com sucesso o gado criado em terras desmatadas ilegalmente de suas cadeias de suprimentos, e melhorias propostas recentemente provavelmente serão inadequadas para lidar com os problemas descobertos por esta investigação.
- Levando-se em consideração os resultados da investigação da EIA em conjunto, fica claro porque a capacidade de ter um rastreamento integral (do nascimento ao abate) de animais individuais deve ser um componente obrigatório dos regulamentos para a devida diligência nas cadeias de suprimentos no Brasil bem como nos mercados internacionais que recebem carne bovina e couro do Brasil - para assim garantir que o gado de regiões de alto risco como a Amazônia brasileira não seja oriundo de atividades relacionadas a desmatamento e crimes.



SUMÁRIO

Produção de couros
"wet blue" em fábrica de
curtumes no Brasil

A floresta amazônica no Brasil está sendo arrasada para fins de pecuária (em grande parte ilegal), com consequências terríveis para os povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como para a biodiversidade e o clima global.

A floresta amazônica no Brasil está sendo arrasada pela pecuária (em grande parte ilegal), com consequências terríveis para os povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como para a biodiversidade e o clima global. As taxas de desmatamento atingiram o nível mais alto nos últimos 15 anos no governo do presidente Jair Bolsonaro.¹ Mais de 80% de todas as terras desmatadas na Amazônia foram convertidas em pasto para gado.² Os cientistas têm alertado que o desmatamento está empurrando toda a floresta amazônica para um ponto crítico, que pode levar a um colapso ecológico irreversível e à liberação de dezenas de bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Isso tornaria as metas globais (para evitar os piores impactos das mudanças climáticas) ainda mais difíceis de serem alcançadas.³

O mercado global de produtos de couro desempenha um papel importante nesse quadro de destruição: o Brasil exporta cerca de 80% do couro que produz e a venda deste couro é um fator importante na lucratividade da indústria pecuária brasileira.⁴ A China, Europa e Estados Unidos são os maiores destinos para os couros exportados do Brasil, que foram avaliados em US\$ 1,4 bilhão em 2021.⁵

Esta investigação da EIA revela as ligações entre o desmatamento ilegal no Brasil e o couro destinado aos mercados internacionais, com foco em um dos destinos finais mais relevantes: o couro automotivo usado por algumas das marcas de carros mais icônicas do mundo.⁶

Usando informações extraídas de milhares de guias de autorização de transporte de gado (GTAs) emitidas pelo governo do estado amazônico de Rondônia desde 2018, a EIA seguiu o rastro da movimentação de cerca de 147.000 bovinos de mais de 700 fazendas ilegais localizadas dentro da Reserva Extrativista Jaci-Paraná (uma área protegida na Amazônia), onde vastas áreas de floresta tropical têm sido ilegalmente desmatadas por

fazendeiros para abrir caminho para pastagens.⁷ A EIA também analisou a movimentação do gado de várias fazendas fora da área protegida, onde imagens de satélite mostram evidências de criação de gado em áreas embargadas (por desmatamento ilegal) pelo órgão federal responsável pela aplicação e fiscalização da lei ambiental do Brasil, o IBAMA. Além disso, os investigadores usaram dados de transporte, relatórios e ainda entrevistas com funcionários de empresas produtoras de carne e couro para assim pintar um retrato dessas complexas cadeias de suprimentos. Os resultados mostram como milhares de bovinos oriundos de terras desmatadas ilegalmente entram nas cadeias de suprimentos de três dos maiores fabricantes de couro do Brasil: JBS, Vacouros e Viposa - grandes fornecedores de couro para a indústria automotiva global.

Verificou-se que todas as principais empresas produtoras de carne que operam em Rondônia têm, em suas cadeias de suprimentos diretas ou indiretas, gado oriundo de fazendas ilegais dentro da área protegida de Jaci-Paraná. Pouco mais de 5% dos bovinos saindo da área protegida foram enviados diretamente para frigoríficos. A maior parte foi para duas empresas (Irmãos Gonçalves e Distriboi) que não assumiram compromissos públicos de monitorar suas cadeias de suprimentos nem de evitar o abastecimento de terras desmatadas - embora um pequeno número tenha ido diretamente para os frigoríficos da JBS. Cerca de um terço do gado saindo de Jaci-Paraná ia para intermediários que, por sua vez, o vendiam a frigoríficos de Rondônia operados pela JBS, Marfrig e Minerva. A maior parte do gado que saía das fazendas dentro de Jaci-Paraná passava por duas ou mais fazendas fora da área protegida antes de chegar a um frigorífico.

A EIA identificou inúmeros casos de "lavagem" de gado, nos quais fazendeiros transferiam gado criado ilegalmente (dentro de Jaci-Paraná ou ainda em fazendas fora da área protegida que

foram alvos de embargos por desmatamento ilegal) para assim “limpar” intermediários – comerciantes de gado, pecuaristas ou mesmo membros da família que não foram vinculados ao desmatamento ilegal – estes, em seguida, vendem o gado para frigoríficos, no que aparenta ser uma ação destinada a esconder suas ligações com a pecuária ilegal. Vários exemplos dessa lavagem de gado envolvendo frigoríficos da JBS em Rondônia são detalhados no relatório.

As descobertas também mostram como a fraca fiscalização do governo - no que diz respeito às GTAs e aos registros de propriedades rurais (CARs) - possibilita que fazendeiros e intermediários ajustem rapidamente a papelada referente a seu gado sempre que o esquema de lavagem é exposto e, assim, permaneçam sempre um passo à frente das tentativas das empresas produtoras de carne de excluir fazendas ligadas ao desmatamento ilegal. Tomados em conjunto, os resultados desta investigação indicam que os atuais sistemas de monitoramento das empresas brasileiras de carne e couro, bem como as melhorias propostas recentemente, são inadequados para excluir de suas cadeias de fornecimento integral o gado criado em terras desmatadas ilegalmente.

A pecuária ilegal analisada na investigação da EIA representa apenas a ponta do iceberg em Rondônia. Autoridades estaduais há anos reconhecem que centenas de milhares de bovinos estão sendo criados ilegalmente em áreas protegidas e territórios indígenas em todo o estado.⁸ O aumento das taxas de desmatamento e uma redução dramática nas ações federais de aplicação e fiscalização da lei em Rondônia corresponderam a ações do governo Bolsonaro para enfraquecer a aplicação e fiscalização da lei ambiental. A grande maioria do couro oriundo do abate de gado de Rondônia é processada por três grandes curtumes no estado, sendo dois destes administrados pela JBS e um terceiro, Bluamerica, operado conjuntamente pela Vancouros e Viposa.⁹ Os curtumes da JBS recebem couros de frigoríficos da JBS, em Rondônia e no Acre, e do frigorífico da Minerva, em Rondônia; já os curtumes da Bluamerica usam como fornecedores frigoríficos de Rondônia da Marfrig, Irmãos Gonçalves e Distriboi, entre outros.¹⁰

Os resultados a que chegamos em Rondônia oferecem apenas um vislumbre da situação mais ampla no que diz respeito ao quanto as três empresas estão expostas à pecuária ilegal e ao desmatamento no Brasil. A maioria dos curtumes das empresas que processam couros crus está localizada nos biomas da Amazônia e do Cerrado, onde o desmatamento ilegal é desenfreado.¹¹

Os gerentes de vendas da JBS e da Vancouros confirmaram aos investigadores da EIA que o couro proveniente das regiões da Amazônia e do Cerrado é usado para uma variedade de produtos de couro, incluindo couro automotivo.¹² A JBS, a Vancouros e a Viposa são as principais fornecedoras de couros processados para a Lear Corporation (“Lear”), a maior fabricante de assentos automotivos de couro do mundo. A Lear admite que o Brasil é a origem de 70% dos couros usados.¹³ A empresa afirma deter uma fatia de quase um terço do mercado global de assentos de couro, o que significa que cerca de um em cada cinco assentos de carro de couro produzidos globalmente foi feito pela Lear usando couro do Brasil.¹⁴ A Lear cita a General Motors, Daimler, Stellantis, Volkswagen e Ford como seus cinco principais clientes para assentos, e menciona a Alfa Romeo, Audi, BMW, Cadillac, Ferrari, Jaguar, Lamborghini, Land Rover, Lincoln, Maserati, Mercedes-Benz e Porsche como clientes para assentos de luxo e assentos de alta performance, embora não especifique quais dessas montadoras compram seus assentos de couro.¹⁵

A Lear assumiu o compromisso de não usar como fonte nada oriundo de terras desmatadas ilegalmente e afirma ainda que todos os seus fornecedores contam com sistemas de monitoramento para garantir isso, pelo menos no que diz respeito aos seus fornecedores diretos. Porém, as evidências apresentadas nesta investigação mostram que alguns dos principais sistemas (usados para garantir a conformidade à lei) de seus fornecedores não condizem com essas alegações.¹⁶

A maioria das montadoras não revela a identidade de seus fornecedores de couro, mas um gerente de vendas da JBS disse aos investigadores da EIA que couro da JBS é usado nos veículos Toyota, Ford, BMW, GM, Hyundai, Kia, Mitsubishi e Honda, com modelos incluindo os BMW Série 3, 4 e 5, Ford Série F e caminhonetes RAM.¹⁷ Um gerente de vendas da Vancouros citou caminhonetes Ford F-Series Trucks e o Range Rover Evoque como exemplos de modelos que usam couro de sua empresa.¹⁸

A EIA escreveu às empresas e indivíduos envolvidos nas descobertas de sua investigação para lhes dar a oportunidade de comentar e explicar quais medidas estão tomando para manter o desmatamento fora das cadeias de suprimentos. Resumos de quaisquer respostas substantivas foram incorporados ao relatório.

Aproximadamente um em cada cinco assentos automotivos de couro no mundo é feito pela Lear Corporation usando couro de gado brasileiro.

Os principais mercados consumidores de produtos da pecuária, como couro e carne bovina do Brasil, têm um papel importante a desempenhar no enfrentamento da crise de desmatamento na Amazônia. Os resultados desta investigação destacam a importância de incluir-se o couro nas regulamentações do lado da demanda para combater o desmatamento impulsionado por commodities e para garantir que a rastreabilidade total de espécimes animais individuais (desde seu nascimento até o abate) seja uma pedra angular dos requisitos obrigatórios de devida diligência. A União Europeia está perto de aprovar uma legislação inovadora para manter o desmatamento impulsionado por commodities fora de seus mercados.¹⁹ A legislação federal proposta nos Estados Unidos cobriria uma variedade de produtos bovinos, incluindo carne bovina e couro, e exigiria a rastreabilidade total do gado ao longo de todo o ciclo de vida de cada animal para países com alto risco de desmatamento ilegal.²⁰ O Reino Unido também deve incluir produtos bovinos, incluindo carne bovina e couro, bem como a rastreabilidade, no nível da fazenda, no âmbito de sua lei de devida diligência recentemente aprovada.²¹ A promulgação dessas medidas, bem como outras semelhantes, em outros mercados importantes, como a China, deve fornecer um importante incentivo para reformas sistêmicas visando melhorar a governança e a rastreabilidade do setor pecuário no Brasil.



Imagem @Douglas Engle 2022

Mais de 180 mil bovinos pastam ilegalmente em terras desmatadas na área protegida de Jaci-Paraná, em Rondônia

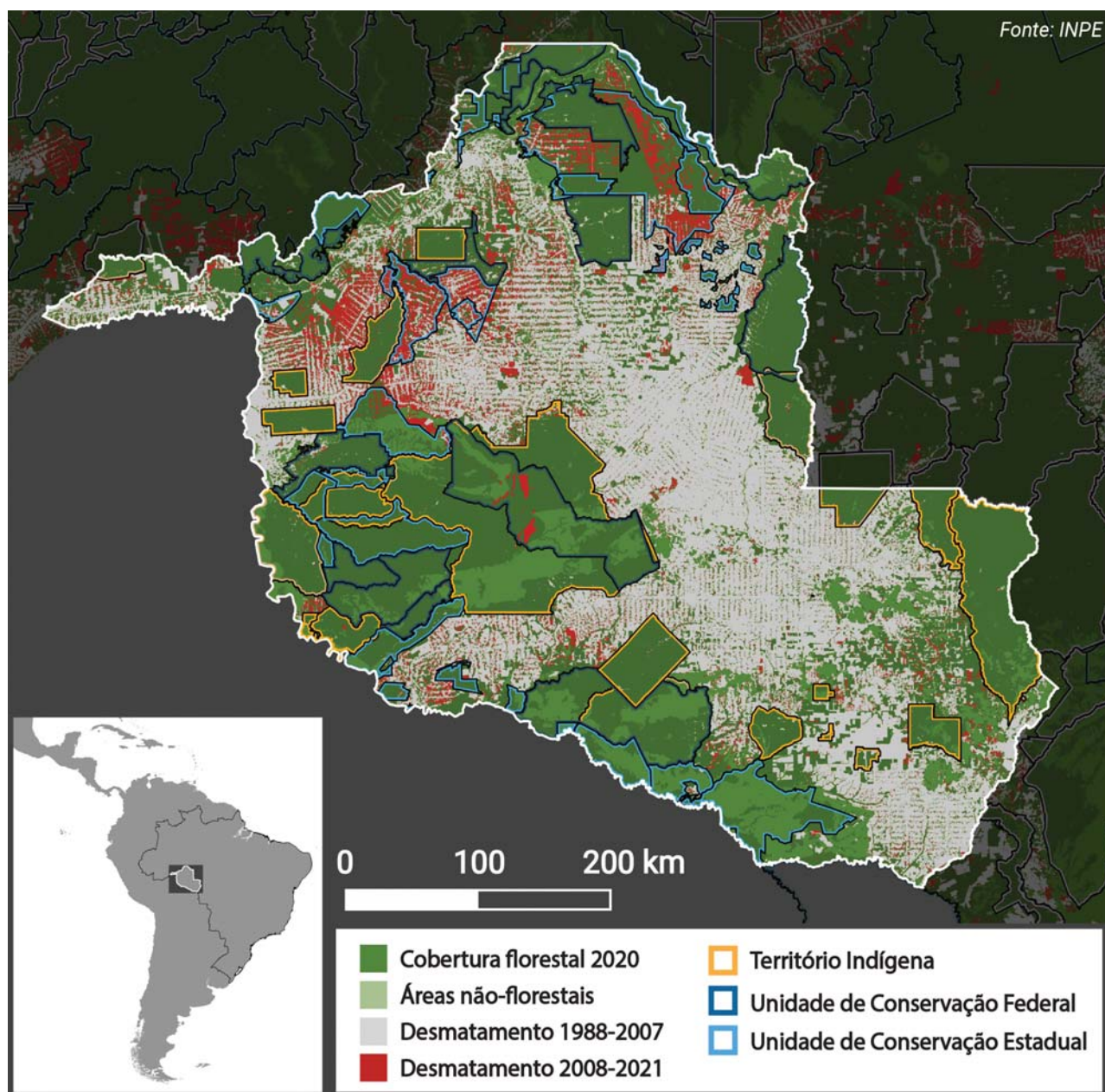
RONDÔNIA: FRONTEIRA DO DESMATAMENTO E CRIME RELACIONADO AO GADO

O estado de Rondônia, escassamente povoado, mas fortemente desmatado, é um microcosmo dos processos de desmatamento que ocorrem em toda a fronteira amazônica, impulsionados pela especulação fundiária e extração ilegal de madeira, bem como a pecuária. O estado, outrora coberto por uma densa floresta tropical, já perdeu um terço de suas florestas desde 1988.²² Ao longa da última década, o desmatamento acelerou, com madeireiros ilegais retirando das florestas madeira de alto valor e com especuladores de terra e criadores de gado "limpando" o restante da floresta, frequentemente por meio do fogo.

Quase toda a terra desmatada em Rondônia – cerca de 96% - é convertida em pastagem de gado.²³ Isso reflete uma tendência observada em toda a região amazônica, onde mais de 80% das terras desmatadas tem sido convertidas em pasto.²⁴ O bioma da Amazônia contém hoje um terço das 230 milhões de cabeças de

gado no Brasil; em Rondônia, o gado supera as pessoas - 9 cabeças de gado por habitante.²⁵

Como em outras partes da Amazônia, a maior parte do desmatamento em Rondônia é ilegal.²⁶ O estado está inteiramente dentro do bioma da Amazônia, onde o Código Florestal (a lei federal que dispõe sobre o manejo das florestas do Brasil), impede que proprietários privados desmatem mais de 20% da vegetação nativa em suas terras.²⁷ No entanto, os fazendeiros do estado, em larga medida, ignoram tal requisito. Uma emenda de 2012 ao Código Florestal anistiou grande parte do desmatamento ilegal que ocorreu antes de julho de 2008, sinalizando fortemente aos fazendeiros de que ignorar a lei acabará valendo a pena. O governo Bolsonaro enfraqueceu significativamente a aplicação das leis ambientais, encorajando assim ainda mais os pecuaristas ilegais (ver Box 1).



Mapa 1

O estado amazônico de Rondônia perdeu um terço de sua floresta tropical desde 1988, como mostram dados de desmatamento do governo (PRODES). A maior parte da floresta remanescente está em Territórios Indígenas e unidades de conservação estaduais e federais que estão cada vez mais ameaçadas.

Muito do que resta das florestas de Rondônia está localizado dentro de uma rede de unidades de conservação estaduais e federais e Territórios Indígenas, onde a pecuária comercial é proibida. Contudo, mesmo essas áreas estão agora sendo invadidas e desmatadas - tendência que também se dá em toda a Amazônia.²⁸ Rondônia ficou atrás apenas do estado do Pará em área total desmatada dentro de áreas protegidas, no período de agosto de 2020 a julho de 2021.²⁹ Os habitantes tradicionais que têm o direito legal de ocupar essas áreas estão sendo forçados a fugir, em muitos casos sob a ameaça de violência vinda de madeireiros e pecuaristas invasores.³⁰

Legisladores estaduais em Rondônia incentivam a pecuária ilegal e a especulação fundiária, regularmente aprovando ou tentando aprovar leis de anistia que entregam terras a invasores ilegais.³¹ Em uma investigação de 2020 da BBC, especuladores de terras em Rondônia falaram a um investigador sobre sua expectativa de que terras ocupadas ilegalmente acabariam sendo legitimadas por futuras leis de anistia.³²

A sensação de impunidade era tão grande que lotes de terra em áreas protegidas estavam sendo vendidos abertamente em plataformas on-line como o Facebook Marketplace.

DETALHAMENTO DA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA LEI EM RONDÔNIA

Em 2021, o desmatamento no Brasil atingiu seus níveis mais altos em 15 anos. A maioria ocorreu fora de áreas protegidas e territórios indígenas, mas mesmo essas áreas estão cada vez mais sendo alvo de fazendeiros ilegais e grileiros. Dados do censo de 2018 mostram que mais de 300.000 bovinos estavam sendo colocados para pastar ilegalmente em áreas protegidas, um número que tem aumentado constantemente desde então.³³ Em janeiro de 2021, havia 2.339 fazendas ilegais contendo gado dentro de unidades de conservação estaduais e federais e terras indígenas no estado, sendo a maioria localizada em unidades de conservação estaduais.³⁴

Além disso, o IBAMA emitiu milhares de multas e embargos em razão de desmatamento ilegal dentro de áreas restritas ou ainda por violação ao Código Florestal ou outras leis ambientais. É provável, contudo, que muitas outras violações não estejam sequer sendo penalizadas. O número de embargos emitidos pelo IBAMA em Rondônia caiu mais de 90% nos últimos anos, mesmo com o aumento do desmatamento (vide Figura 1). O governo Bolsonaro realizou uma série de ações que reduziram drasticamente a capacidade e a eficácia do IBAMA.³⁵ Um estudo recente descobriu que apenas 2% dos incidentes ilegais de desmatamento em todo o Brasil, desde 2019, sofriam qualquer penalidade da parte das agências federais responsáveis por aplicarem a lei.³⁶

Mesmo nos casos, cada vez mais raros, em que o IBAMA emite embargos em razão de desmatamento ilegal, os pecuaristas muitas vezes os ignoram impunemente. A EIA analisou imagens de alta resolução (feitas por satélite) de 19 fazendas em Rondônia que foram alvo de embargos devido a

desmatamento ilegal e que transferiam gado para intermediários que, por sua vez, abastecem grandes frigoríficos do estado. A análise constatou que nenhum dos embargos estava sendo cumprido e foram encontradas evidências de atividade pecuária recente em todas as áreas, exceto duas (um exemplo é fornecido no Estudo de Caso 2 neste relatório).

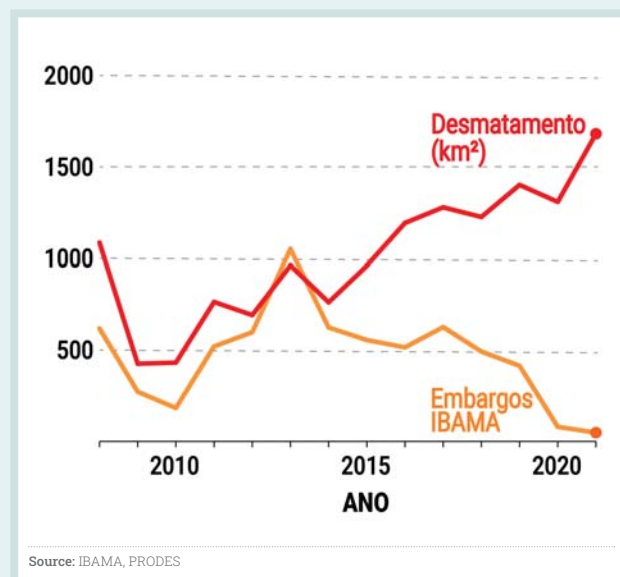


Figura 1
O desmatamento aumentou dramaticamente em Rondônia, enquanto o número de embargos do IBAMA por desmatamento ilegal caiu

Anatomia de um crime: arrasando a floresta tropical protegida para transformá-la em pasto

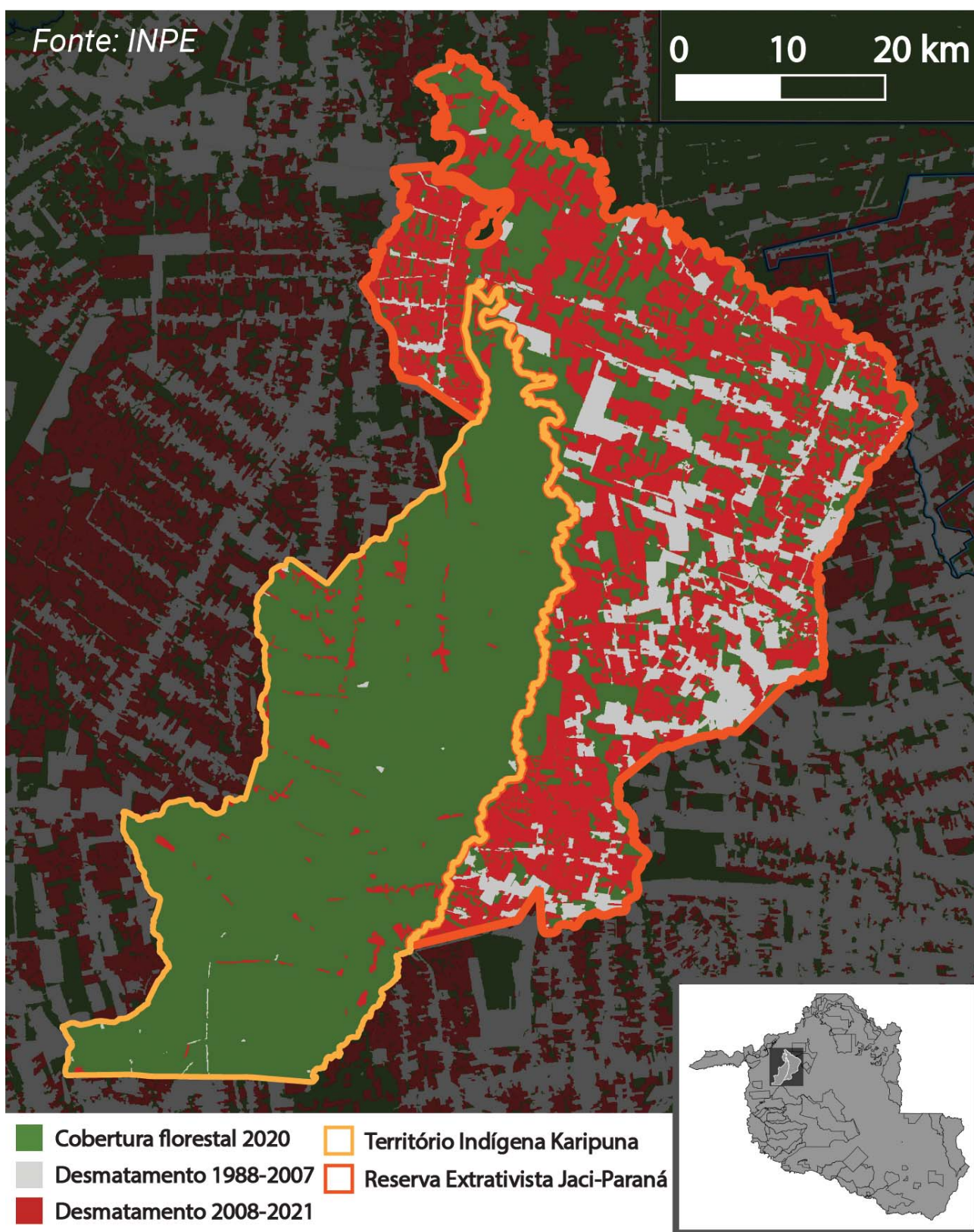
A investigação da EIA centrou-se na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, uma área protegida do estado que cobre 1.974km² e que tem sido invadida pela pecuária ilegal nos últimos 15 anos. A área protegida era coberta por uma densa floresta tropical quando foi estabelecida em 1996 como uma área na qual apenas as comunidades tradicionais são autorizadas a realizar atividades sustentáveis e voltadas para a subsistência.³⁷ Porém, no início dos anos 2000, especuladores de terras e pecuaristas começaram a chegar e desmatar ilegalmente a floresta. À medida que as invasões expandiram-se, quase todos os moradores tradicionais que viviam na área protegida foram forçados a deixar suas terras, muitas vezes sob ameaça de violência.³⁸ Quase 60% da cobertura florestal original foi convertida em pasto para gado, com cerca de 100km² de floresta sendo desmatados anualmente nos últimos anos, o que fez da área protegida a terceira mais desmatada em toda a Amazônia.³⁹

Embora o IBAMA tenha emitido centenas de multas e embargos em Jaci-Paraná ao longo dos anos, estes correspondem a uma pequena fração da área desmatada ilegalmente. Em setembro de 2022, havia, dentro da área protegida, mais de 1.200 fazendas de gado, contendo mais de 187.000 animais.⁴⁰

A agência de zoonose do Estado, a Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril (IDARON), tem contribuído para viabilizar a invasão de Jaci-Paraná e outras áreas protegidas, ao emitir GTAs para a movimentação de gado, saindo e entrando nas áreas onde a pecuária comercial é proibida.⁴⁷ O Ministério Público Estadual entrou com uma ação contra a IDARON por essa prática em 2019.⁴⁸ Uma decisão judicial em março de 2021 reconheceu a ilegalidade da pecuária comercial na área protegida e reafirmou a obrigação legal do governo de tomar providências para detê-la, porém ela permitia que a IDARON continuasse emitindo GTAs para movimentação de gado dentro da área protegida. A decisão obriga a IDARON a fornecer informações a outras agências para permitir a aplicação das leis ambientais.⁴⁹

Fonte: INPE

0 10 20 km



Mapa 2

Quase 60% da floresta da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, uma área protegida do estado, foi desmatada ilegalmente e substituída por pastagem de gado. A Reserva atuava como zona amortecedora para a Terra Indígena Karipuna vizinha, que está enfrentando um aumento no número de invasões.

CÓDIGO FLORESTAL E CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) – COMO A FALTA DE SUPERVISÃO RIGOROSA DO GOVERNO ABRE AS PORTAS PARA A FRAUDE

O Código Florestal de 2012 exige que os proprietários rurais autodeclarem os limites e outras informações geoespaciais referentes às suas propriedades em um registro federal on-line (o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, ou SICAR). Esse registro federal compila informações dos registros estaduais (quando os estados os estabeleceram, como é o caso de Rondônia).

No entanto, menos de 2% dos imóveis cadastrados (CARs) em Rondônia foram validados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) para garantir que o reclamante de fato detinha direitos legais sobre a terra e para garantir que estava fornecendo informações geoespaciais precisas - isso deixa o sistema altamente vulnerável a fraudes.⁴¹

Nos últimos anos, fazendeiros e grileiros encorajados pela impunidade registraram centenas de propriedades dentro dos limites de áreas protegidas e territórios indígenas, em locais nos quais eles, na verdade, não detêm direitos legais sobre a terra. Em dezembro de 2021, o registro federal identificou 712 CARs cobrindo cerca de 3.700km² que coincidem parcialmente com Terras Indígenas e mais 58 outros CARs, cobrindo cerca de 1.200km² de unidades de conservação federais.⁴² Os dados das unidades de conservação estaduais não são calculados, mas a EIA identificou mais de 200 CARs que, sozinhos, coincidem parcial ou totalmente com a área da Reserva

Extrativista Jaci-Paraná.⁴³ Em setembro de 2022, uma decisão judicial federal, emitida em resposta a uma denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), obrigou os órgãos estaduais e federais a tomarem medidas para deter as invasões (levadas a cabo por madeireiros ilegais e grileiros) na Terra Indígena Karipuna, na fronteira com Jaci-Paraná.⁴⁴ O MPF também solicitou ao governo que cancelasse os CARs registrados coincidindo com terras Karipuna.⁴⁵

A falta de fiscalização do registro de propriedade rural também permite que os fazendeiros escondam sua conexão com o desmatamento ilegal, excluindo áreas embargadas ou desmatadas dos limites dos CARs que registram ou mesmo alterando os limites de uma propriedade registrada para remover essas áreas.

Apesar das graves deficiências do registro, as empresas de carne contam com ele como parte de seus sistemas de monitoramento da cadeia de suprimentos. De acordo com os protocolos de monitoramento acordados, todos os fornecedores diretos são obrigados a fornecer informações do CAR para suas fazendas fornecedoras.⁴⁶ Os casos neste relatório sugerem que esse requisito não foi aplicado de forma consistente e levantam questões sobre quais medidas são tomadas pelas empresas (se é que alguma é) para checar as informações na ausência de fiscalização do governo.

O número de embargos emitidos pelo IBAMA em Rondônia caiu mais de 90% nos últimos anos, mesmo com o aumento do desmatamento (vide Figura 1).

Em maio de 2021, parlamentares estaduais, muitos com vínculos financeiros com o setor pecuário, aprovaram a PL 80, uma lei de anistia que reduziu Jaci-Paraná em quase 90%, abrindo a possibilidade de fazendeiros legitimarem terras que haviam ocupado ilegalmente.⁵⁰ Em um comunicado de 2019, endossando o projeto de lei, o governador do estado citou os graves danos ambientais causados pela pecuária ilegal como justificativa para encolher a área protegida, afirmando que a aplicação da lei havia sido *“insuficiente para impedir o avanço da ocupação ilegal e do desmatamento, dada a escalada da violência na região, tanto entre os grupos sociais que ocupam o lugar, motivados por disputas territoriais, quanto em relação aos agentes públicos, o que comprometeu significativamente a gestão desta Unidade”*.⁵¹ A lei foi contestada pelo Ministério Público Estadual e, em novembro de 2021, o Tribunal de Justiça de Rondônia decidiu que a mesma violava a Constituição Federal.⁵² Em uma decisão que faz uso de uma linguagem incisiva, o tribunal ordenou que o governo desenvolvesse um plano de ação e políticas para reforçar a proteção de Jaci-Paraná contra a pecuária ilegal.

BOX 3.

O QUE É UMA GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA)?

Sempre que animais são movidos entre duas propriedades, uma licença conhecida como Guia de Trânsito Animal, ou GTA, é necessária para garantir que os animais transportados estejam com as necessárias vacinas em dia e para garantir que seus movimentos possam ser rastreados no caso de surtos de doenças. Embora essas licenças tenham sido projetadas principalmente para fins fitossanitários, elas também (quando combinadas com dados geoespaciais) fornecem informações que podem ser usadas para acompanhar o fluxo de gado criado em terras desmatadas ilegalmente para dentro de cadeias de suprimentos. As

licenças são emitidas por agências estaduais que fiscalizam a saúde do gado - IDARON, no caso de Rondônia - e incluem a identidade e o endereço das entidades que enviam e recebem os animais, o número, idade e sexo dos mesmos, bem como a data e hora em que a licença foi emitida (vide amostra abaixo). Em Rondônia, elas geralmente são válidas por uma semana. As licenças servem geralmente para movimentar grupos de animais e, portanto, o rastreamento de indivíduos através de cadeias de suprimentos não é possível quando o ajuntamento ocorre em fazendas localizadas entre os pontos de transferência.

Informações da GTA		
UF: RO	SÉRIE: H	NÚMERO: [REDACTED] STATUS: Normal
ESTRATIFICAÇÃO - QTD BOVINA M ate 12 meses - 0 BOVINA M de 13 a 24 meses - 0 BOVINA M de 25 a 36 meses - 0 BOVINA M mais de 36 meses - 0 BOVINA F ate 12 meses - 0 BOVINA F de 13 a 24 meses - 0 BOVINA F de 25 a 36 meses - 19 BOVINA F mais de 36 meses - 0 BOVINA M Total - 0 BOVINA F Total - 19		
PROCEDÊNCIA CPF/CNPJ: [REDACTED] Nome: [REDACTED] Estabelecimento: FAZENDA [REDACTED] /LH [REDACTED], KM 40, GLEBA [REDACTED], LOTE [REDACTED] Município: MONTE NEGRO UF: RO		DESTINO CPF/CNPJ: 38.538.960/0634-2 Nome: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. Estabelecimento: RODOVIA RO 135, KM 06, SUBDIVISAO DO LOTE 210-A DA GLEBA G Município: JI-PARANA UF: RO
FINALIDADE: ABATE	MEIO DE TRANSPORTE: Rodoviário	Lacre nº:
VACINAÇÕES: ☒ FEBRE AFTOSA ☒ BRUCELOSE ☐ MAREK ☐ 03/05/2018 E 07/11/2017 27/04/2016		
ATESTADO DE EXAMES: ☐ Brucelose ☐ Tuberculose ☐ AIE ☐ ☐ Certificação nº		
OBSERVAÇÃO Nota Fiscal A Emitir.		UNIDADE EXPEDIDORA Unidade: EMITIDO ELETRONICAMENTE Município: Porto Velho Telefone: 1 E-mail:
EMITENTE Funcionário Autorizado	EMIÇÃO Local: EMITIDO ELETRONICAMENTE Data: 25/09/2018 Hora: 11:04:36.4200000 Validade: 30/09/2018 Fone: 1	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO EMITENTE

* Cópia (SEM VALOR PARA TRÂNSITO)
 Consulta GTA - www.idaron.ro.gov.br/portaVoorsultagta - Consulta realizada em 23/08/2019 18:02:19

COMERCIANTES E TRAPACEIROS: DA ÁREA PROTEGIDA PARA A CADEIA DE SUPRIMENTOS DO COURO

Os investigadores da EIA acompanharam as movimentações de 147.406 bovinos (6.514 GTAs) de 712 fazendas ilegais, localizadas dentro de Jaci-Paraná, que receberam GTAs emitidas pelo governo de Rondônia entre janeiro de 2018 e maio de 2022 (vide Figura 2 e Metodologia). Os resultados mostram como milhares de bovinos criados ilegalmente dentro da área protegida entraram nas cadeias de suprimentos dos maiores frigoríficos e curtumes de Rondônia.

Pouco mais de 5% dos bovinos que saíram de Jaci-Paraná foram transferidos diretamente para frigoríficos. Quase todos foram transferidos para os frigoríficos Irmãos Gonçalves e Distriboi, embora um pequeno número (~ 0,2%) tenha ido para a JBS.⁵³ Cerca de um terço dos animais foi transferido para intermediários que vendiam gado para a Marfrig, JBS ou Minerva. Irmãos Gonçalves e Distriboi vendem carne bovina majoritariamente para o mercado interno, mas ambos vendem couro para a fábrica de curtumes Bluamerica, operada pela

Vancouros e Viposa (ver abaixo). Nenhuma dessas empresas de carne comprometeu-se a eliminar a presença do desmatamento em sua cadeia de suprimentos ou tampouco assinou um acordo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com promotores federais, como muitas outras grandes empresas de carne fizeram.⁵⁴

É importante ressaltar que a maioria dos bovinos criados em Jaci-Paraná foram transferidos para duas ou mais fazendas fora da área protegida antes de serem vendidos para um frigorífico (vide Figura 2). Os números agregados aqui apresentados destacam o risco geral de que gado criado ilegalmente em Jaci-Paraná chegue a frigoríficos por meio de fazendas intermediárias. Os estudos de caso abaixo apresentam exemplos específicos de como os pecuaristas usam fazendas intermediárias para "lavar" gado da área protegida colocando-os assim nas cadeias de suprimentos das principais empresas produtoras de carne e couro.

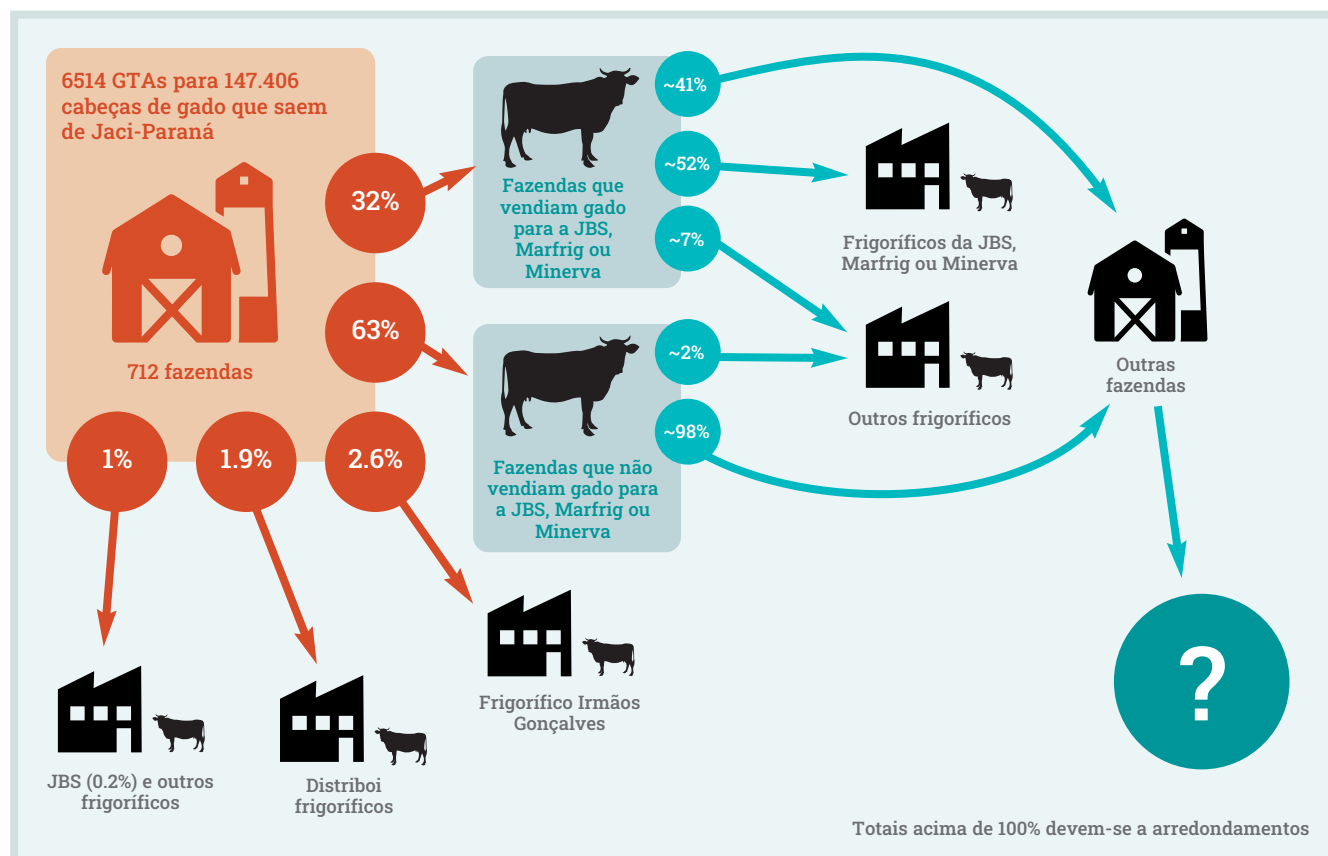


Figura 2

Análise de GTAs de bovinos transferidos de fazendas ilegais dentro da Reserva Extrativista Jaci-Paraná para fazendas fora da área protegida ou diretamente para frigoríficos nos últimos anos (vide Metodologia). A maioria dos animais foi para duas ou mais fazendas antes de chegar a um frigorífico.



A maior parte do gado oriundo de fazendas ilegais em Jaci-Paraná foi transferida para duas ou mais fazendas fora da área protegida antes de serem vendidos a frigoríficos

Estudo de Caso 1: Relato de dois comerciantes de gado

A análise da EIA dos dados das GTAs revelou que o maior comprador de gado de Jaci-Paraná entre 2018 e 2021, um comerciante de gado ("originador de gado", como são chamados localmente) chamado Armando Castanheira Filho, foi um grande fornecedor da Marfrig, JBS e Minerva durante esse período. Castanheira Filho também comprava regularmente gado de fazendas fora da área protegida que haviam sido alvo de embargos do IBAMA por desmatamento ilegal e nas quais imagens de satélite mostravam a continuação da pecuária em áreas embargadas (vide Estudo de Caso 2). No total, Castanheira Filho comprou mais de 9.000 bovinos de 47 fazendas dentro de Jaci-Paraná e mais de 2.700 bovinos de 7 fazendas com embargos fora da área protegida, abrangendo cerca de 20% de suas compras totais de gado. No mesmo período, vendeu mais de 41 mil bovinos para os frigoríficos Marfrig (78%), JBS (~11%) e Minerva (~11%) em Rondônia, o que abrange a grande maioria (~93%) de suas transferências de gado. Conforme explicado abaixo, a Marfrig é uma grande fornecedora do curtume Bluamerica em Rondônia.

Após uma investigação do New York Times, iniciada depois que a EIA compartilhou com o Times os resultados de sua análise de GTAs, mostrando como fazendeiros intermediários e comerciantes (incluindo Castanheira Filho) estavam vendendo gado criado dentro de Jaci-Paraná para grandes empresas de carne, a JBS, a Marfrig e Minerva declararam que haviam cessado de usar o gado de Castanheira Filho.⁶⁵ No entanto, esta história não acaba aí.

Os dados das GTAs mostram que logo após Ferreira Filho ter sido descartado pelas três empresas, várias de suas fazendas fornecedoras localizadas dentro de Jaci-Paraná ou que haviam recebido embargos começaram a transferir gado para outro intermediário, Jaelson Pereira de Oliveira (vide Figura 3). Gado de 13 dessas fazendas foi transferido para Pereira de Oliveira a partir de setembro de 2021, inclusive de suas duas fazendas dentro de Jaci-Paraná, enquanto as transferências dessas fazendas para Ferreira Filho foram interrompidas ou reduzidas significativamente. Pereira de Oliveira e Ferreira Filho fecharam

vários negócios: as GTAs mostram que Pereira de Oliveira transferiu mais de 1.000 bovinos por ano para Castanheira Filho entre 2018 e 2020.

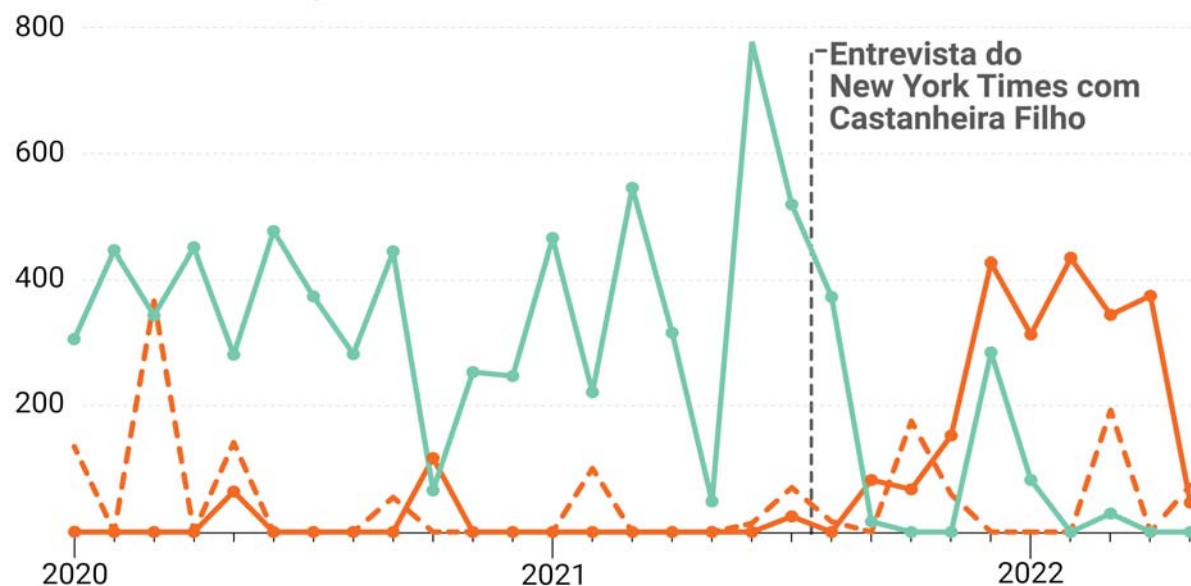
Pereira de Oliveira começou a vender grandes volumes de gado para a JBS em outubro de 2021 (vide Figura 3). Antes disso, ele estava sem vender gado para abate desde 2018. Entre outubro de 2021 e maio de 2022 (último mês em que os dados das GTAs estavam disponíveis para esta análise), ele vendeu mais de 5.300 bovinos de uma fazenda chamada Fazenda Samambaia para frigoríficos da JBS, principalmente para a unidade em Pimenta Bueno.

Pereira de Oliveira registrou a Fazenda Samambaia no registro estadual de empresas em 2015, mas não há registro de CAR para este imóvel em seu nome. No entanto, outro fazendeiro chamado Moacir Romlo, que também recebeu GTAs para transferir gado de uma fazenda para outra, as duas com o mesmo nome e endereço, tem um CAR registrado que corresponde ao mesmo endereço constante nas GTAs. A área disponível para pastagem de gado nessa propriedade, de acordo com dados do cadastro do CAR (cerca de 485 hectares), não poderia suportar de forma plausível tamanho número de bovinos sendo vendidos por Oliveira para a JBS a partir da fazenda.

De acordo com o Protocolo Harmonizado de Monitoramento para fornecedores diretos acordado pela JBS e vários outros frigoríficos, uma fazenda que abastece mais de três bovinos por hectare por ano é uma "bandeira vermelha" ("red flag" ou sinal de alerta) que indica "lavagem" de gado. A taxa em que o gado foi fornecido à JBS da Fazenda Samambaia nos primeiros cinco meses de 2022 é quase 8 vezes esse valor. Uma análise de imagens de satélite mostra que a propriedade não contém as instalações de alimentação concentrada que seriam necessárias para acomodar tamanho número de animais.

Quando solicitada a comentar sobre o recebimento de gado da Fazenda Samambaia, a JBS afirmou que suas compras estavam em conformidade com suas políticas e com o Protocolo Harmonizado de Monitoramento.

Gado recebido por intermediários vindo de fazendas com desmatamento ilegal



Gado enviado a partir de intermediários à JBS, Marfrig ou Minerva

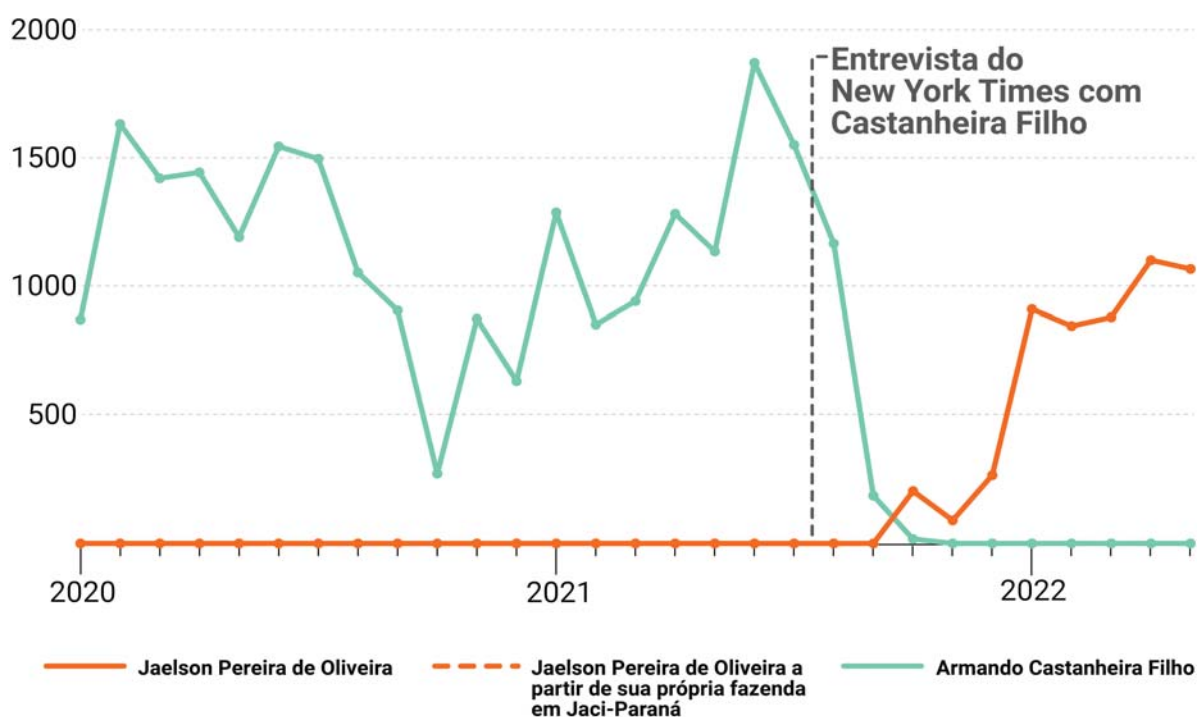


Figura 3

Os dados das GTAs mostram como as cadeias de suprimentos ajustaram-se rapidamente após um grande esquema de lavagem de gado ter sido exposto por uma publicação do New York Times (vide Estudo de Caso 1). Painel superior: Recebimento de gado (oriundo de fazendas com embargos ou dentro de Jaci-Paraná) pelo comerciante de gado Armando Castanheira Filho e Jaelson Pereira de Oliveira desde 2020. Muitas das fazendas que vendiam para Castanheira Filho começaram a vender para Oliveira logo após o New York Times entrevistar Castanheira Filho sobre lavagem de gado na data indicada. A linha pontilhada mostra transferências das duas fazendas de Oliveira dentro de Jaci-Paraná para suas próprias fazendas fora da Reserva (vide Figura 4). Painel inferior: vendas de Castanheira Filho para Marfrig (78%), JBS (11%) e Minerva (11%) e vendas de Oliveira para a JBS, desde 2020.



Imagem @Douglas Engle 2022

**Desmatamento ilegal recente
no Território Indígena
Karipuna**

Em alguns casos, o gado de fazendas com embargos e fazendas dentro de Jaci-Paraná foi transferido para a Fazenda Samambaia diretamente, mas a maioria do gado chegou através de outra das fazendas de Oliveira, a Estância Redenção. Entre agosto de 2021 e maio de 2022, essa fazenda recebeu mais de 1.400 bovinos oriundos de fazendas localizadas dentro de Jaci-Paraná e de mais de 300 de fazendas embargadas - o que representa cerca de 60% do gado recebido (vide Figura 4). Durante o mesmo período, cerca de 90% do gado que saía dessa fazenda foi transferido para a Fazenda Samambaia. Em conjunto, a EIA estima que mais de um em cada três bovinos que chegaram à Fazenda Samambaia são originários de fazendas com embargos ou localizadas dentro de Jaci-Paraná, enquanto cerca de 87% do gado que saiu da Fazenda Samambaia foi destinado aos frigoríficos JBS. Isso inclui o gado de duas fazendas em nome de Pereira de Oliveira dentro da área Jaci-Paraná, conforme a Figura 3.

Pereira de Oliveira registrou um CAR de ~ 293 hectares, correspondente ao endereço constante na GTA da Estância Redenção, em agosto de 2021. Imagens de satélite mostram que, nos meses anteriores, cerca de 75 hectares de floresta foram desmatados dentro dos limites do CAR. Pereira de Oliveira excluiu essa terra recém-desmatada da área classificada como vegetação nativa, ao registrar a propriedade, identificando ~152 hectares como terras exploráveis. Enquanto a JBS não monitora as fazendas que abastecem seus fornecedores diretos (mesmo quando ambos pertencem à mesma pessoa), o volume de gado sendo transferido da Estância Redenção para a Fazenda Samambaia nos

Milhares de bovinos criados ilegalmente dentro da área protegida entraram nas cadeias de suprimentos dos maiores frigoríficos e curtumes de Rondônia.

primeiros cinco meses de 2022 (cerca de 400 cabeças/mês em média) correspondem a aproximadamente 10 vezes o limite acima do qual se configura a lavagem de gado, conforme o Protocolo de Monitoramento Harmonizado acordado pelas principais empresas de carne. Assim, Pereira de Oliveira parece estar realizando um esquema de lavagem em duas etapas, por meio do qual o gado (criado em fazendas com embargos ou dentro de Jaci-Paraná) é transferido para a Estância Redenção e, depois, para a Fazenda Samambaia (pelo menos no papel), antes de ser enviado para um frigorífico da JBS. O volume altamente improvável de gado transferido através das duas fazendas, conforme indicado pelas GTAs, levanta sérias questões acerca de se a maioria dos animais está de fato sendo transferida fisicamente para uma das ou ambas as fazendas - a caminho de um frigorífico da JBS.

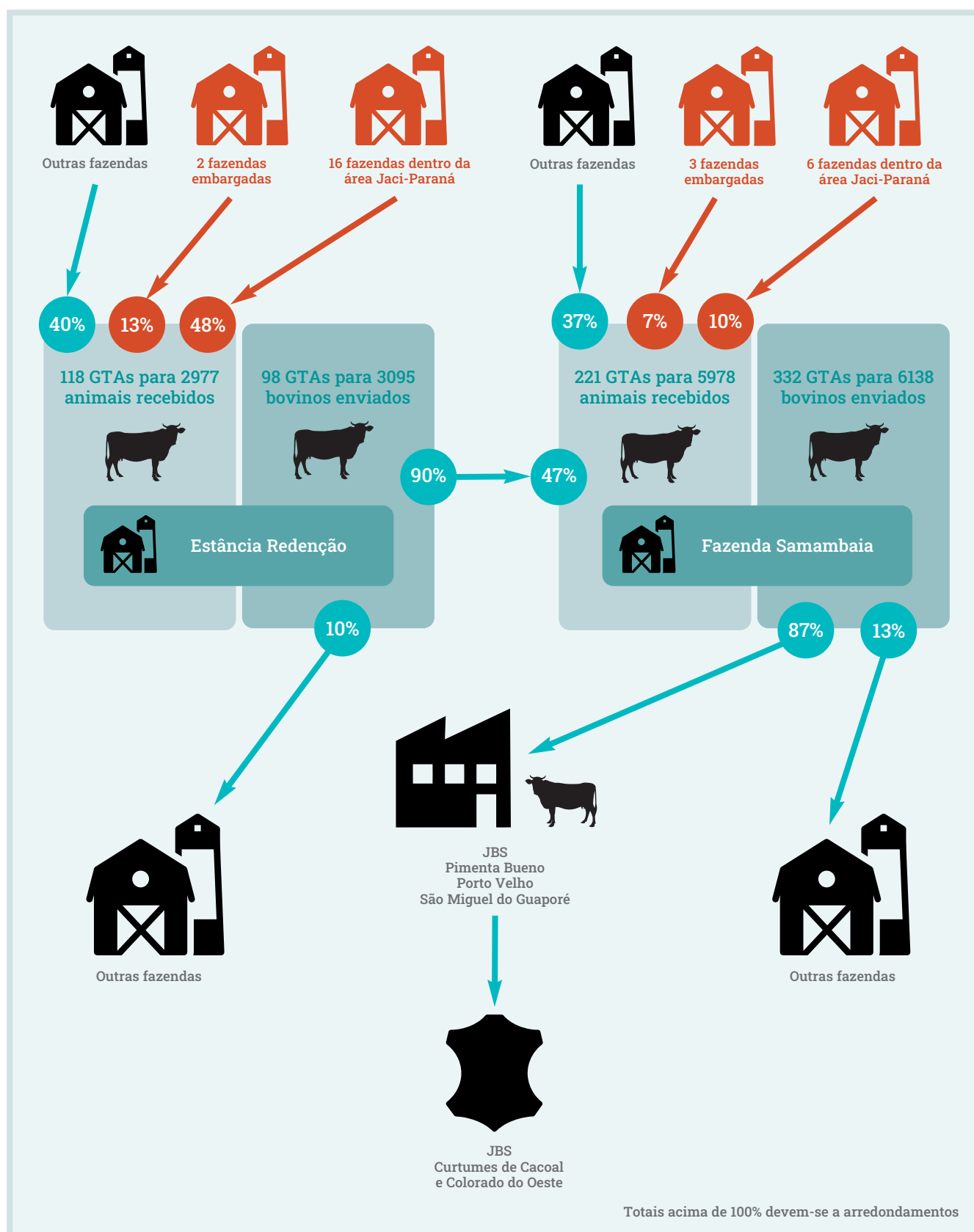
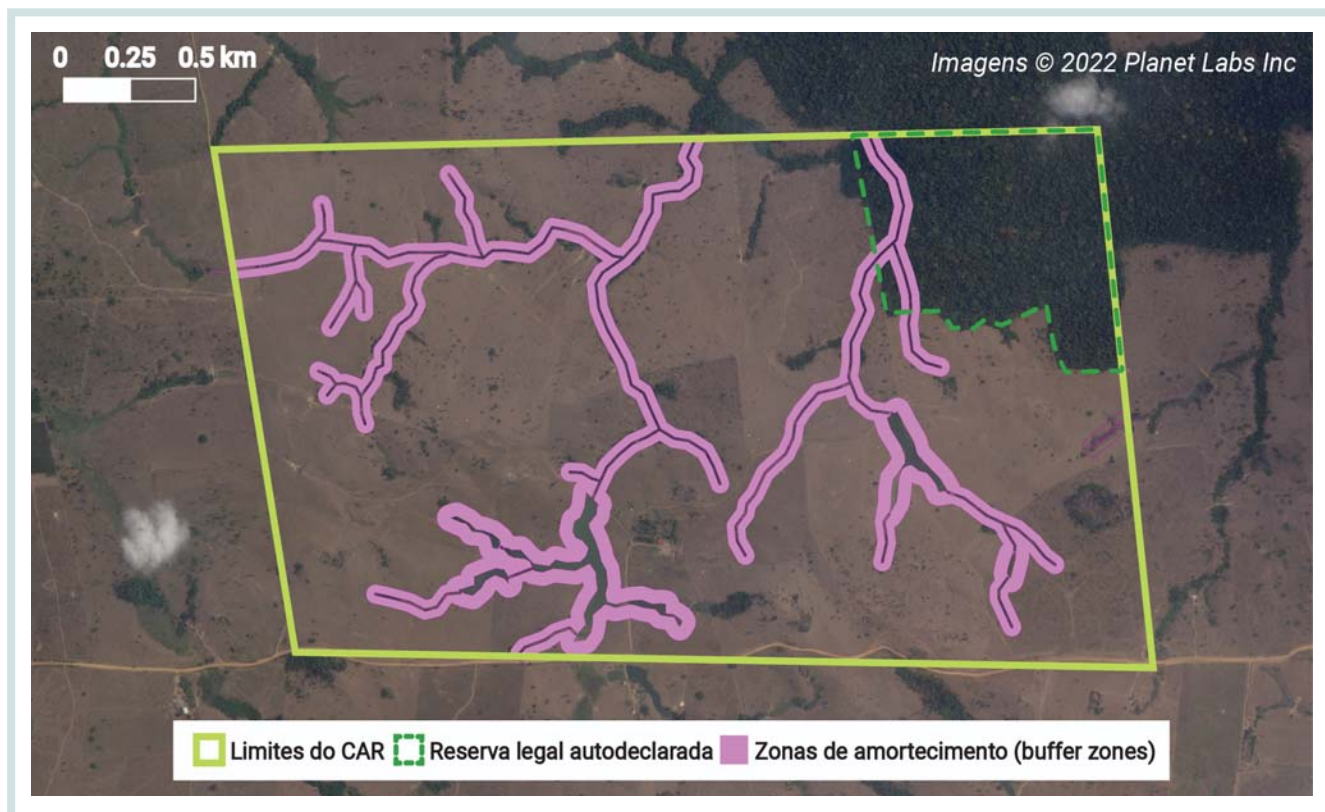


Figura 4
Diagrama esquemático mostrando o esquema de “lavagem dupla” usado por Jaelson Pereira de Oliveira para mover gado de fazendas (com embargos ou dentro de Jaci-Paraná) para dentro da cadeia de suprimentos da JBS (vide Estudo de Caso 1), com base na análise de GTAs emitidos entre agosto de 2021 e maio de 2022



Mapa 3

Imagens de satélite (mosaico mensal do Planet) mostrando ~75 hectares de desmatamento nos meses anteriores à inclusão da área em um CAR registrado por Jaelson Pereira de Oliveira correspondente à sua fazenda Estância Redenção



Mapa 4

O tamanho aparente da Fazenda Samambaia, de Jaelson Pereira de Oliveira, conforme indicado por um CAR correspondente à fazenda, é muito pequeno para acomodar o número de bovinos transferidos para a JBS (vide Estudo de Caso 1). Exibem-se aqui limites do CAR (amarelo) e reserva legal não explorável (verde) e ainda as áreas tampão (roxo), conforme declarado no CAR.

Estudo de Caso 2: um assunto de família

O fazendeiro Onofre Adami recebeu três embargos do IBAMA em 2017-18 por desmatar ilegalmente um total de 177 hectares (cerca de 250 campos de futebol) da floresta amazônica em três fazendas, uma dentro de Jaci-Paraná e duas fora da área protegida. As fazendas fora da área protegida receberam embargos por desmatamento levado a cabo para além dos limites legais permitidos pelo Código Florestal. Os dados do GTA indicam que, desde 2018, mais de 2.800 bovinos das fazendas embargadas de Adami foram transferidos para grandes frigoríficos (principalmente os da JBS e da Marfrig), usando-se para tanto familiares e outros pecuaristas ou comerciantes de gado como intermediários.

De 2018 a agosto de 2020, Adami transferiu mais de 850 bovinos de suas três fazendas embargadas para sua filha, Naiara Araujo Adami, que, por sua vez, os transferiu para frigoríficos da JBS. O endereço da fazenda nas GTAs emitidas para a filha, chamada Sítio Boa Esperança, é o mesmo de uma das fazendas embargadas de Onofre Adami, a Vista Bonita - nesta, ele recebeu um embargo e multa em 2017 por desmatar ilegalmente 65,6 hectares de floresta. Um CAR registrado para Naiara Araujo Adami, em 2016, corresponde integralmente à área embargada, e imagens de satélite mostram que a área embargada continuou a ser usada para fins de pecuária (vide o Mapa 5). Todos os animais transferidos do Sítio Boa Esperança foram para frigoríficos da JBS em Pimenta Bueno, Vilhena ou São Miguel do Guaporé, e os couros foram processados nos curtumes Colorado do Oeste e Cacoal da JBS. As transferências para a JBS de Naiara Araujo Adami pararam em agosto de 2020, mas não muito tempo depois, outra das filhas de Onofre Adami começou a transferir gado para a JBS.

De acordo com dados do GTA, em abril de 2021 a filha de Onofre, Amanda Araujo Adami, recebeu 299 animais de uma das fazendas embargadas de seu pai, a Fazenda Nova Vida, e

transferiu-os para a JBS. Em março de 2022, outros 102 animais dessa fazenda foram transferidos para a JBS pela fazenda de Amanda Araujo Adami, que também é chamada de Fazenda Nova Vida. Um CAR registrado em nome de Amanda Araujo Adami, em julho de 2020, é adjacente ao CAR registrado por seu pai, que coincide com a área embargada por desmatamento ilegal - e imagens de satélite de 2020 mostram gado pastando dentro da área embargada (vide Mapa 5). Todos os animais transferidos da Fazenda Nova Vida de Amanda Araujo Adami foram para as instalações da JBS em São Miguel do Guaporé ou Pimenta Bueno, e o couro foi processado em seus curtumes de Cacoal e Colorado do Oeste.⁵⁶

Entre 2018 e 2021, Onofre Adami também transferiu mais de 1.100 animais de suas três fazendas alvo de embargos para o comerciante de gado Armando Castanheira Filho (ver Estudo de Caso 1); trata-se de um segundo caminho por meio do qual seu gado foi lavado, assim entrando nas cadeias de suprimentos das principais empresas produtoras de carne. Castanheira Filho vendeu a maioria de seus animais para os dois frigoríficos da Marfrig em Rondônia, com o couro provavelmente processado no curtume Bluamerica (vide abaixo), o que cria um risco particular para este curtume.

Depois que as principais empresas produtoras de carne bloquearam Castanheira Filho, no final de 2021, Adami começou a transferir animais de duas de suas fazendas com embargos (Vista Bonita e Fazenda Nova Vida) para outro intermediário, Jaelson Pereira de Oliveira. Pereira de Oliveira vendeu a maior parte do gado das fazendas que receberam o gado de Adami para a JBS (vide Estudo de Caso 1), com o couro processado nos curtumes da JBS, de Cacoal e Colorado do Oeste.⁵⁷

As ligações entre as fazendas embargadas de Onofre Adami e os frigoríficos descritos acima podem ser determinadas com um alto grau de certeza porque os dados das GTA mostram que os intermediários venderam a maior parte ou a totalidade do seu

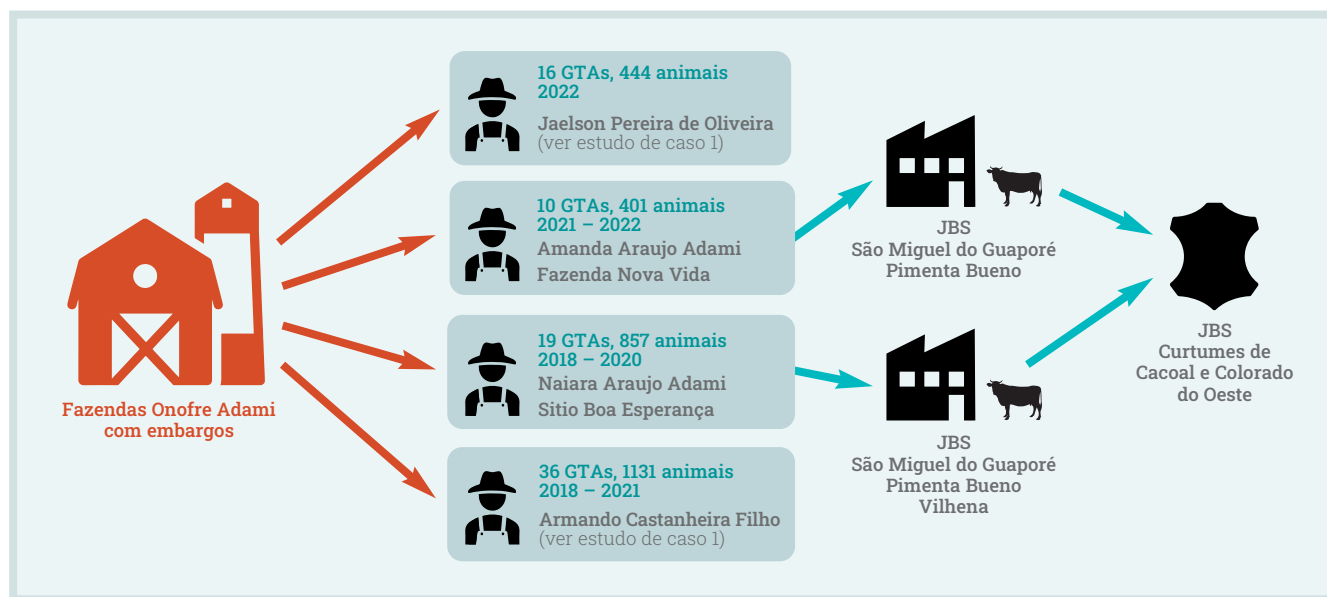
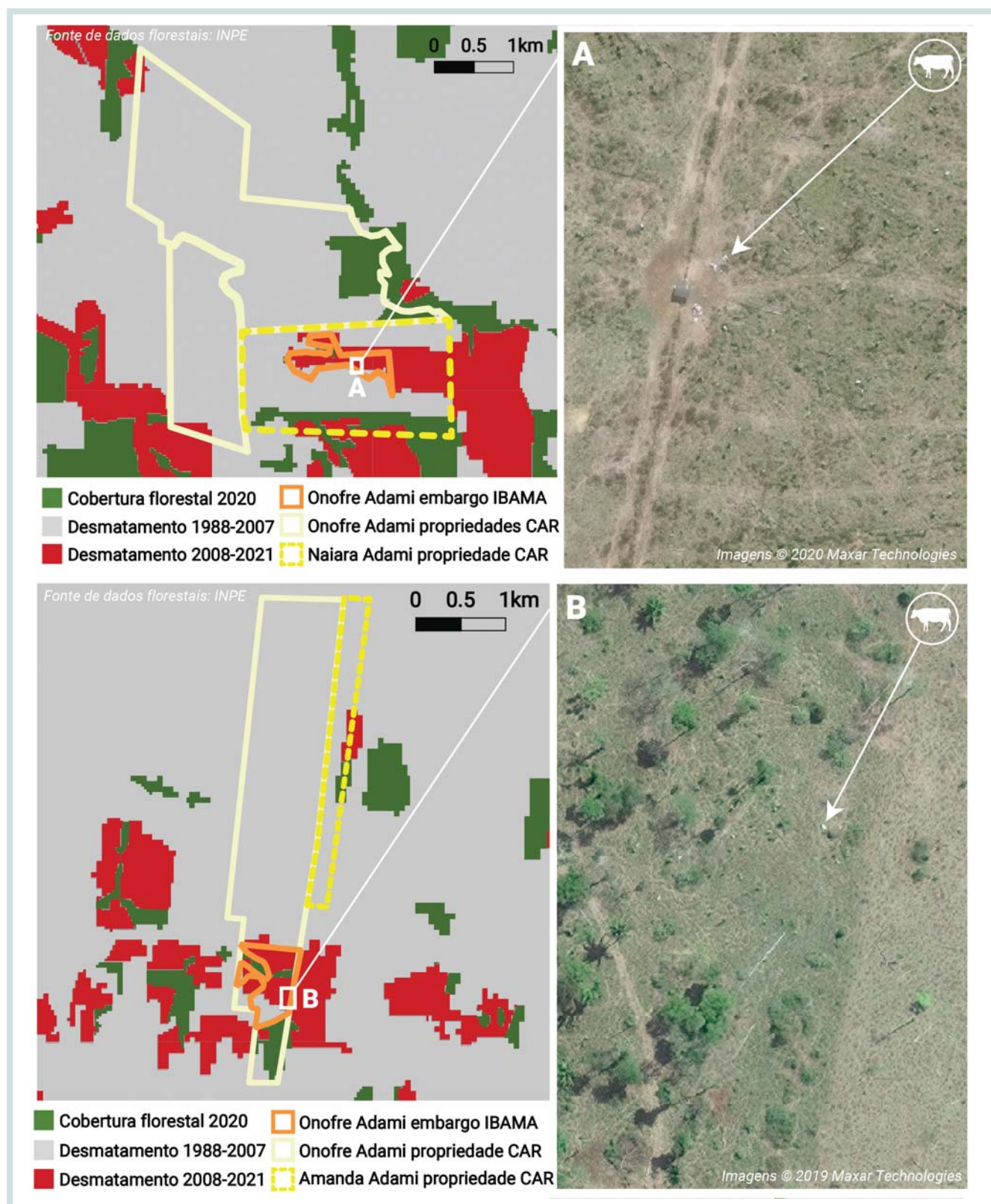


Figura 5

Diagrama esquemático mostrando como Onofre Adami lavou gado de suas fazendas com embargos colocando-os assim nas cadeias de suprimentos das principais empresas produtoras de carne, usando fazendas registradas nos nomes de duas de suas filhas, além de outros intermediários descritos neste relatório.



Mapa 5

As localizações dos CARs correspondentes a duas das fazendas embargadas de Onofre Adami, Vista Bonita (mapa superior) e Fazenda Nova Vida (mapa inferior), as áreas embargadas por desmatamento ilegal e as localizações dos CARs correspondentes às fazendas de sua filha usadas para lavar gado das fazendas embargadas de Adami para a JBS (ver Estudo de Caso 2). Imagens de satélite de alta resolução mostram evidências de criação de gado nas áreas embargadas (parte superior direita, julho de 2020, imagem Worldview-3; parte inferior direita, setembro de 2019, imagem Geoeye-1)

gado às empresas de carne indicadas. Além disso, os grupos de GTAs eram frequentemente emitidos no mesmo dia ou em um intervalo de um ou dois dias para mover o mesmo número, idade e sexo dos animais para uma fazenda intermediária e, em seguida, da fazenda intermediária para um frigorífico. Esta prática, descrita mais adiante no Box 4, sugere fortemente que o gado foi, em alguns casos, transferido diretamente das fazendas embargadas de Adami para os frigoríficos, com GTAs sendo usadas para criar uma "fachada" para assim esconder suas origens.

Estudo de caso 3: Duas rotas da área protegida para o frigorífico

Um dos maiores fornecedores de couro para o curtume Bluamerica, o frigorífico Irmãos Gonçalves, em Jaru, comprava regularmente gado diretamente de fazendas ilegais dentro de Jaci-Paraná. O maior fornecedor foi Andreia Correa de Paiva, que transferiu mais de 1.000 bovinos para os Irmãos Gonçalves de uma fazenda chamada Fazenda São

Mateus, localizada dentro da área protegida, entre 2018 e início de 2022. A fazenda parece corresponder a uma que fora embargada em virtude de 170 hectares de desmatamento ilegal dentro de Jaci-Paraná em 2007. O fazendeiro que recebeu o embargo, Daniel de Oliveira, também recebeu GTAs envolvendo uma fazenda chamada São Mateus com o mesmo endereço, inclusive para transações de gado com Paiva. Tanto Paiva quanto Oliveira aparecem na lista de fazendeiros (que operam dentro de Jaci-Paraná) compilada pela IDARON (vide Metodologia), com o mesmo endereço usado para a Fazenda São Mateus em suas GTAs.

Em 2021, Paiva passou a receber GTAs para movimentação de gado de outra fazenda, dentro de Jaci-Paraná, chamada Fazenda Medianeira. A partir de abril de 2022, Paiva começou a transferir o gado dessa fazenda e da Fazenda São Mateus para uma fazenda intermediária chamada Fazenda Renascer, registrada em seu nome em um registro fiscal estadual em fevereiro de 2022. Desta, o gado foi transferido para frigoríficos da JBS em Vilhena e Pimenta Bueno. Paiva não tinha CARs registrados no momento da escrita deste relatório.

BOX 4.

GTAs COMO FERRAMENTA PARA LAVAGEM DE GADO

Em muitos casos, as GTAs foram emitidas para mover animais de fazendas com embargos ou localizadas dentro de Jaci-Paraná para fazendas intermediárias, ao que se seguia, logo após (às vezes em poucos minutos), a emissão de GTAs para transferir o mesmo número ou número semelhante de gado, da mesma idade e sexo, da fazenda intermediária para um frigorífico. Isso coloca em questão se os animais foram fisicamente transportados para a fazenda intermediária, conforme consta nas GTAs, ou se foram, na verdade, transportados diretamente de Jaci-Paraná ou uma fazenda

embargada para o frigorífico, uma prática observada em uma investigação recente do New York Times.⁵⁸ A EIA identificou numerosos exemplos desse padrão de emissão de GTA, sugerindo que tais práticas podem ser generalizadas. O exemplo abaixo mostra como uma série de GTAs parece ser usada para transferir um grupo de 72 animais de duas fazendas ilegais dentro de Jaci-Paraná para um frigorífico, através de uma fazenda intermediária fora da área protegida. A identidade das fazendas e frigoríficos foi editada.

Data de emissão	Hora de emissão	Origem	Destino	Bovinos (número, sexo, idade)
3-Maio-22	8:57	Fazenda A em Jaci-Paraná	Fazenda intermediária C	5 machos, 24-36 meses; 13 machos, 36+ meses
3-Maio-22	8:58	Fazenda A em Jaci-Paraná	Fazenda intermediária C	18 machos, 36+ meses
3-Maio-22	8:59	Fazenda B em Jaci-Paraná	Fazenda intermediária C	18 machos, 36+ meses
3-Maio-22	8:59	Fazenda B em Jaci-Paraná	Fazenda intermediária C	18 machos, 36+ meses
TOTAL				59 machos, 24-36 meses; 13 machos, 36+ meses
3-Maio-22	9:04	Fazenda intermediária C	Frigorífico	18 machos, 36+ meses
3-Maio-22	9:04	Fazenda intermediária C	Frigorífico	18 machos, 36+ meses
3-Maio-22	9:05	Fazenda intermediária C	Frigorífico	18 machos, 36+ meses
3-Maio-22	9:05	Fazenda intermediária C	Frigorífico	5 machos, 24-36 meses; 13 machos, 36+ meses
TOTAL				59 machos, 24-36 meses; 13 machos, 36+ meses

Tabela 1
Como se abusam das GTAs para assim esconder as origens do gado de fazendas ilegais que vão para frigoríficos

DA AMAZÔNIA AOS ASSENTOS DE CARRO

A análise das GTAs feita pela EIA mostra como o gado (de fazendas situadas dentro da área protegida de Jaci-Paraná ou embargadas em virtude de desmatamento ilegal) chegou a grandes frigoríficos em Rondônia. Para entender as ligações entre esses frigoríficos e o couro que entra nas cadeias de suprimentos globais, a EIA analisou informações de reuniões com representantes da empresa, dados da cadeia de suprimentos disponibilizados pelas empresas e dados de embarque.

O primeiro passo no processo de conversão de um couro de vaca em um produto de couro acabado é o curtimento de couro cru para assim produzir uma forma mais estável de couro, que é chamada de "wet blue" devido ao brilho azulado ("blue") causado pelo produto químico de curtimento (contendo cromo) usado no processamento.

Esta etapa precisa ocorrer logo após a pele ser removida do animal abatido para evitar a degradação, de modo que os curtumes tendem a estar localizados relativamente perto dos frigoríficos de onde o couro provém – normalmente dentro de uma faixa de 500 km e, muitas vezes, mais perto. À medida que os frigoríficos surgiram na Amazônia, também surgiram curtumes próximos para processar couro.

As estimativas de produção indicam que a grande maioria do couro de bovinos abatidos em Rondônia é processada por três grandes curtumes no estado – o curtume Bluamerica, no município de Presidente Medici, operado em conjunto pela Viposa e Vancouros, e dois curtumes da JBS localizados nos municípios de Cacoal e Colorado do Oeste.⁵⁹ Devido à prevalência do desmatamento ilegal impulsionado pela pecuária em Rondônia, esses curtumes correm um risco muito alto de obter couro de gado criado ilegalmente, conforme destacado no Quadro 1 e nos estudos de caso neste relatório.

Os resultados abaixo mostram como esses riscos são repassados para as cadeias internacionais de fornecimento de couro, concentrando-se particularmente naquelas destinadas a produtos de couro automotivo.

Vancouros e Viposa (fábrica de curtumes Bluamerica)

A fábrica de curtumes Bluamerica, operada em conjunto pela Vancouros e Viposa, tem uma capacidade de produção de cerca de 5.000 peles por dia, o que faz dela a maior de Rondônia.⁶⁰

Um funcionário sênior da Vancouros disse aos investigadores da EIA que a Vancouros e a Viposa costumam fazer pedidos conjuntos de peles da Marfrig e, juntas, compram a maioria do couro que a empresa produz no Brasil.⁶¹ Isso indica que uma das maiores fontes de couro para a Bluamerica foram os dois frigoríficos da Marfrig em Rondônia - até que a empresa fechou sua instalação em Ji-Paraná em outubro de 2021. Entre 2018 e 2021, os frigoríficos da Marfrig em Ji-Paraná e Chupinguaia juntos receberam cerca de 70% do gado transferido por Armando Castanheira Filho (ver Estudo de Caso 1), que, durante o mesmo período, foi o maior comprador individual de gado criado ilegalmente dentro de Jaci-Paraná. No total, Castanheira Filho

comprou mais de 12 mil bovinos de fazendas localizadas dentro da área protegida e/ou que receberam embargos por desmatamento ilegal durante este período de tempo.

A Bluamerica também obtém couros de outras empresas de carne que operam em Rondônia, sendo os dois maiores fornecedores os Irmãos Gonçalves e Distriboi.⁶²

Como mencionado anteriormente, essas empresas não assumiram nenhum compromisso público de rastrear suas cadeias de suprimentos ou de remover delas o que seja proveniente de desmatamento, deixando assim a Bluamerica e seus clientes particularmente expostos à pecuária ilegal. A análise de GTAs apresentada neste relatório mostra como as duas empresas de carne compraram quase 7.000 bovinos diretamente de fazendas ilegais dentro da área protegida de Jaci-Paraná nos últimos anos.

Os couros wet blue produzidos na Bluamerica são transportados para unidades de acabamento no sul do Brasil, onde a maioria do couro é exportada como wet blue ou processada para tornar-se couro semi-acabado antes da exportação. A Vancouros e a Viposa possuem unidades de acabamento que recebem todo o couro dos curtumes wet blue das empresas; a instalação da Vancouros está localizada em Rolândia, Paraná, e a instalação da Viposa, por sua vez, está em Cacador, Santa Catarina. A fábrica de curtumes Bluamerica representa cerca de 5-10% da capacidade total de produção de wet blue de cada empresa, e o couro de Rondônia e de outras partes da Amazônia é usado em uma variedade de produtos, incluindo couro automotivo.⁶³ A maior parte da produção de wet blue das empresas ocorre em curtumes nos biomas da Amazônia e Cerrado.

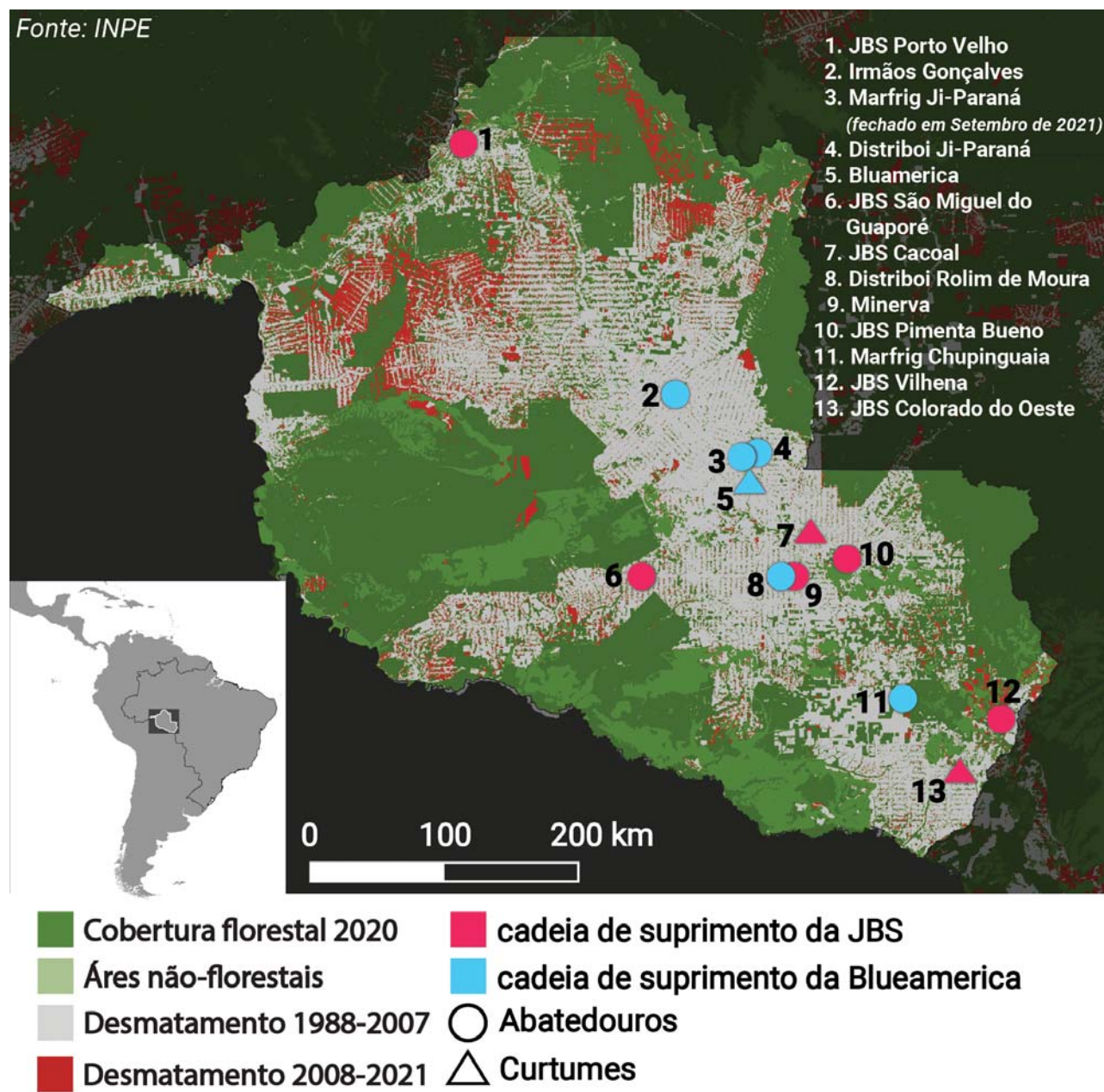
A Lear Corporation é uma grande compradora de couro semi-acabado da Vancouros e da Viposa, com base em informações fornecidas aos investigadores da EIA em entrevistas com funcionários da empresa e análise de dados comerciais.⁶⁴

Um funcionário sênior da Vancouros relatou aos investigadores da EIA que a empresa fornece couro para todas as instalações de fabricação de assentos automotivos da Lear globalmente, no México, Hungria, Tailândia e China, o que é consistente com os dados de embarque revisados pela EIA. O funcionário identificou o Ford F-150 e o Land Rover Evoque como modelos de carros que usavam couro fornecido pela Vancouros. O quadro global é mais difícil de determinar para a Viposa porque a empresa muitas vezes não aparece nos registros de embarque brasileiros, provavelmente devido ao uso de empresas de logística ou de remessa.

Curtumes da JBS

Os curtumes da JBS obtêm a maior parte de suas peles dos próprios frigoríficos da empresa, com poucas exceções, de acordo com dados da cadeia de suprimentos disponibilizados pela empresa.⁶⁵ Em Rondônia, o curtume do Cacoal tem capacidade de produção de cerca de 3.000 couros por dia e recebe couro de frigoríficos da JBS nos estados de Rondônia e Acre, e do frigorífico da Minerva em Rolim de Moura. O curtume

Fonte: INPE



Mapa 6

As localizações dos frigoríficos e curtumes em Rondônia discutidos neste relatório. Os curtumes e seus frigoríficos fornecedores têm a mesma cor.

de Colorado do Oeste, com capacidade de processamento de cerca de 1.800 couros por dia, recebe couros principalmente de frigoríficos da JBS em Rondônia. Conforme descrito neste relatório, entre 2018 e 2022, os curtumes de Cacoal e Colorado do Oeste processaram milhares de couros de bovinos fornecidos por fazendas que obtinham animais de dentro de Jaci-Paraná ou de fazendas que eram alvo de embargos por desmatamento ilegal.⁶⁶

Com base nas estimativas de produção fornecidas aos investigadores da EIA, a capacidade de produção desses dois curtumes juntos representa cerca de 15% da capacidade de

produção de wet blue da JBS no Brasil.⁶⁷ Os couros wet blue são transportados de Rondônia para uma das cinco unidades de semi-acabamento da empresa, em alguns casos por meio de um centro de distribuição em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), no qual são posteriormente processados ou então são destinados à exportação como wet blue. Dados de embarque brasileiros indicam que, globalmente, a Lear é a maior compradora de couros semi-acabados da JBS, com couros exportados pela JBS para as fábricas da Lear na América do Norte, Europa e Ásia.⁶⁸

Embora não seja conhecida a proporção de wet blue (de Rondônia ou de outras partes da Amazônia) utilizada para produzir couro semiacabado vendido à Lear, as entrevistas da EIA com representantes da indústria confirmaram que as peles de gado criado na Amazônia são usadas na fabricação de assentos automotivos.⁶⁹ Um funcionário sênior da JBS disse aos investigadores da EIA que Toyota, Ford, BMW, GM, Kia, Mitsubishi e Honda usam seus couros, incluindo os modelos Ford F-250, Dodge Ram, BMW Série 3, 4 e 5 e Toyota Corolla, mas não especificou quais modelos usavam assentos fabricados pela Lear.

Os riscos associados às cadeias de fornecimento de couro da JBS em Rondônia são indicativos dos riscos mais amplos de desmatamento associado às cadeias de fornecimento da empresa no Brasil. A exposição dos frigoríficos da JBS ao desmatamento na Amazônia, Cerrado e outros biomas tem sido bem documentada nos últimos anos.⁷⁰ Todos, exceto um de seus dez curtumes que processam couro cru, estão localizados nos biomas Amazônia ou Cerrado, onde o desmatamento impulsionado pela pecuária é generalizado.

A Lear Corporation: elo fundamental entre o setor automotivo e o desmatamento no Brasil

A Lear Corporation (Lear) é a segunda maior fabricante mundial de assentos de carro e sistemas elétricos, com um valor de mercado de US\$ 10,9 bilhões e mais de 170.000 funcionários em todo o mundo.⁷¹ Ela lista seus cinco principais clientes, em se tratando de assentos, como sendo a General Motors, Daimler, Stellantis, Volkswagen e Ford.⁷² Com a aquisição, em 2015, da Eagle Ottawa, a maior fabricante de assentos automotivos de couro do mundo, tornou-se a principal fabricante de bancos de couro, com uma participação no mercado global que representa uma fatia de cerca de 30%.⁷³ A empresa afirma, em seu site, que 70% das peles usadas para seu couro vêm do Brasil.⁷⁴ Com base nesses números, pode-se estimar que cerca de um em cada cinco assentos de carro de couro no mundo é produzido pela Lear usando couros brasileiros. A empresa afirma ser líder global em assentos de luxo para marcas como Alfa Romeo, Audi, BMW, Cadillac, Ferrari, Jaguar, Lamborghini, Land Rover, Lincoln, Maserati, Mercedes-Benz e Porsche, embora não especifique qual proporção de seu segmento de luxo envolve assentos de couro.⁷⁵

A Lear tem grandes instalações de fabricação de assentos de couro no México, Hungria, Tailândia e China. Dados referentes a comércio e envios indicam que a JBS e a Vancouros são grandes fornecedoras.⁷⁶ A própria Lear parece importar uma quantidade muito pequena de wet blue do Brasil, mas não é possível, com base em dados publicamente disponíveis, estimar o número de peles que foram exportadas a partir do Brasil como wet blue e, posteriormente, processadas em outros países (como Itália ou China) para se tornarem couro semiacabado - antes de serem vendidas à Lear. Nos EUA, quase todo o couro semiacabado que a Lear importou para uso em suas instalações de fabricação na América do Norte veio diretamente da JBS, Vancouros e Viposa no Brasil.⁷⁷ Grande parte disso é transportada por terra para instalações de fabricação no México, que fazem capas de assento de couro usadas pelas instalações norte-americanas de fabricação de assentos da Lear. A Figura 6 mostra um esquema dos potenciais elos da cadeia de suprimentos entre os couros processados em Rondônia e a cadeia de suprimentos da Lear no Brasil.

Políticas da empresa: sem gado para inglês ver?

O papel do gado em impulsionar o desmatamento e a criminalidade no Brasil é conhecido há muito tempo, bem como a importância da rastreabilidade da cadeia de suprimentos. Após a pressão pública gerada por uma denúncia do Greenpeace em 2009, a JBS, Marfrig e Minerva assinaram um acordo voluntário para remover o desmatamento de suas cadeias de fornecimento completas até 2011.⁷⁸ Desde então, as empresas firmaram TACs juridicamente vinculantes com promotores federais, comprometendo-se a monitorarem suas cadeias de fornecimento e a não comprarem gado criado em fazendas envolvidas em desmatamento ilegal ou trabalho escravo. No entanto, o escopo de implementação até agora tem sido limitado a fornecedores diretos, apesar de um grande corpo de evidências que mostra que grande parte do desmatamento ocorre em cadeias de suprimentos indiretas.⁷⁹

Sob crescente pressão, à medida que o desmatamento impulsionado pela pecuária na Amazônia aumentou, a JBS, a Marfrig e a Minerva assumiram recentemente novos compromissos para remover o desmatamento de suas cadeias de suprimentos.

Embora contenham melhorias significativas, esses compromissos continuariam a permitir que o gado criado em terras desmatadas ilegalmente entrasse nas cadeias de suprimentos indiretas das empresas por muitos anos. A JBS comprometeu-se a rastrear sua cadeia de suprimentos até os fornecedores de seus fornecedores diretos, eliminando dela o desmatamento; comprometeu-se a fazê-lo até 2025, na Amazônia; até 2030 em outros biomas no Brasil e até 2035 globalmente.⁸⁰ A Marfrig comprometeu-se com a rastreabilidade total, incluindo fornecedores indiretos, e com cadeias de suprimento livres de desmatamento no bioma Amazônia até 2025 e, no Cerrado e outros biomas, até 2030.⁸¹ A Minerva, por sua vez, comprometeu-se com a meta de desmatamento ilegal zero e a rastreabilidade de suas cadeias de suprimento indireto até 2030 para todas as suas operações na América do Sul.⁸²

Quando contatadas pela EIA para comentar, nenhuma das três empresas comentou especificamente sobre os casos de exposição ao desmatamento ilegal em suas cadeias de suprimentos indiretas apresentados neste relatório. A JBS reafirmou seus compromissos existentes com a rastreabilidade parcial de suas cadeias de suprimentos indiretas até 2025. A Marfrig afirmou que está fazendo *“todos os esforços”* para monitorar seus fornecedores diretos e indiretos e atualmente está monitorando 100% de seus fornecedores diretos e 71% de seus fornecedores indiretos no bioma Amazônia. Minerva descreveu o monitoramento de fornecedores indiretos como o *“maior desafio neste setor”* e afirmou que a empresa está nos estágios iniciais de monitoramento de fornecedores indiretos com auxílio de iniciativas de terceiros.

Os resultados da análise da EIA mostram porque a rastreabilidade total das cadeias de suprimentos indiretas é necessária com urgência, em combinação com um grande aprimoramento nos procedimentos de verificação para GTAs e CARs. A fraca fiscalização do governo, quanto a informações autodeclaradas em GTAs e registros de CARs, torna mais fácil para os fazendeiros ajustarem suas cadeias de suprimentos para assim evitarem os sistemas de monitoramento da empresa.

Os prazos de implementação alargados para os compromissos das empresas em matéria de rastreabilidade darão aos pecuaristas ilegais uma ampla oportunidade de desenvolver novos esquemas de lavagem para assim escaparem a detecções futuras.

Outras grandes empresas de carne em Rondônia, como Irmãos Gonçalves e Distriboi, não assumiram compromissos públicos de excluir o desmatamento de suas cadeias de suprimentos nem assinaram acordos juridicamente vinculantes (TACs) com promotores federais. Nenhuma dessas empresas atendeu os pedidos da EIA para que comentassem a questão.

Quando contatada para que comentasse, a Viposa encaminhou à EIA a sua política de compras e auditoria para fornecedores, que inclui a exigência de que os fornecedores não sejam provenientes de áreas protegidas, terras indígenas ou fazendas embargadas, e reconheceu desafios em sua cadeia de suprimentos, particularmente em se tratando fornecedores indiretos. Reafirmou o compromisso de “trabalhar continuamente para fazer parte da solução”.⁸³ A Vancouros afirmou que os frigoríficos que a abastecem assinaram compromissos de não usarem como fonte aquilo que provém de terras desmatadas e de implementarem um sistema para

rastrear e auditar as fazendas em sua cadeia de suprimentos, que já abrange fornecedores diretos e alguns fornecedores indiretos, com o objetivo de “alcançar 100% de cobertura o mais rápido possível”.

Já a Lear Corporation publicou uma “Política de Não Desmatamento” comprometendo-se a não receber nada de “áreas desmatadas ilegalmente ou áreas de terras indígenas ou outras terras protegidas”.⁸⁴ O Relatório de Sustentabilidade 2020 da empresa afirmou que “100% dos fornecedores brasileiros de couro da Lear usam cercas geográficas para garantir que não comprem animais de fazendas envolvidas em desmatamento, invasão de áreas indígenas e protegidas ou violações de direitos humanos”.⁸⁵ Uma versão desta declaração aparece no registro anual 10-K da empresa em 2021 na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, mas com um esclarecimento importante. O relatório afirma que os sistemas de monitoramento dos fornecedores da Lear estão limitados às “fazendas das quais eles compram diretamente gado ou couro” (grifo nosso).⁸⁶ Isso indica que a política da Lear não vai além das principais empresas de carnes do Brasil e não exclui os bovinos criados em terras desmatadas ilegalmente nas cadeias de abastecimento indireto dos frigoríficos, como nos casos apresentados neste relatório. Além disso, como este relatório também mostra, dois dos

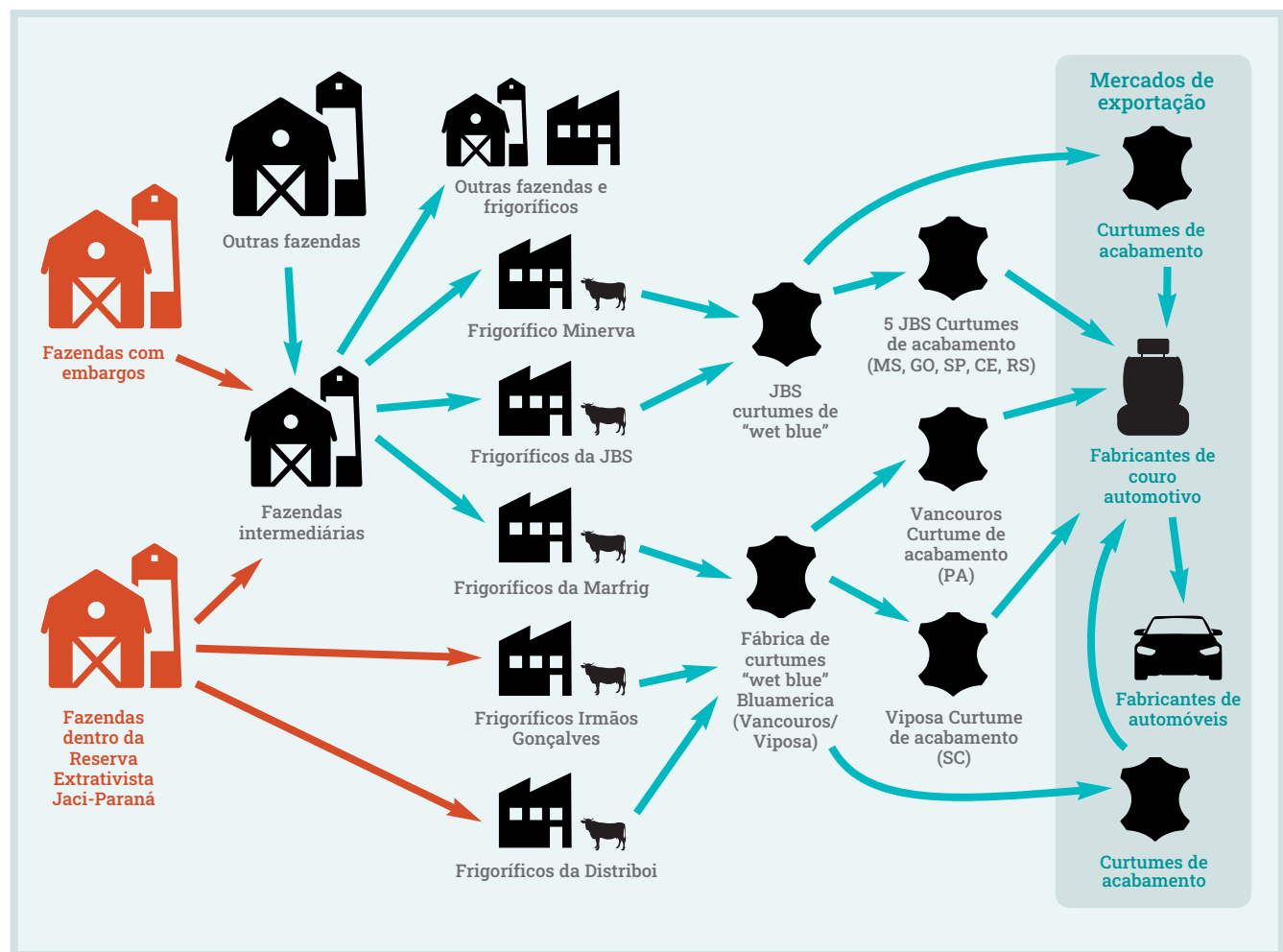


Figura 6
Diagrama completo da cadeia de suprimentos mostrando a exposição da indústria automobilística ao desmatamento ilegal

maiores fornecedores de couro da Lear, Vancouros e Viposa, fornecem couro oriundo de empresas de carne que compram regularmente gado diretamente de fazendas ilegais dentro de uma área protegida e não fizeram compromissos públicos para remover o desmatamento, legal ou ilegal, de suas cadeias de suprimentos. Quando contatada pela EIA para comentar, a Lear afirmou que seus fornecedores diretos no Brasil usam tecnologias de georreferenciamento e blockchain para melhorarem a transparência da cadeia de suprimentos. Afirmou ainda que a empresa está trabalhando com terceiros para melhorar a rastreabilidade *“mais profundamente na cadeia de suprimentos”*. A Lear declarou seu compromisso de investigar o não cumprimento de sua política e tomar as medidas apropriadas, incluindo a rescisão de contratos e ações legais contra fornecedores.

Na ponta voltada ao consumidor da cadeia de suprimentos, estão os fabricantes de automóveis. Atualmente, poucas grandes empresas automobilísticas assumiram compromissos concretos para eliminar o desmatamento de suas cadeias de fornecimento de couro. Os mais recentes relatórios de sustentabilidade publicados pela Ford, GM, Stellantis, Volkswagen, Daimler e BMW não contêm nenhuma menção aos riscos de desmatamento associados ao couro. Em seu site,

a Daimler afirma que seu couro não vem dos biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Gran Chaco e Mata Atlântica e que está *“estudando a possibilidade de excluir completamente o Brasil como uma fonte de couro no futuro”* e *“trabalhando intensamente para identificar outras alternativas para o couro genuíno”*. A GM reconhece os potenciais riscos de desmatamento associados ao uso de couro em sua apresentação de 2020 ao Carbon Disclosure Project e afirma que está nos *“estágios iniciais de trabalho com fornecedores no país de origem visando a sustentabilidade e rastreabilidade”*.

Quando contatadas pela EIA para comentar as conclusões deste relatório, todas as empresas automobilísticas que responderam emitiram fortes declarações contra o desmatamento ilegal em suas cadeias de suprimentos e remeteram às políticas de suas empresas. Embora todas tenham enfatizado que estavam monitorando seus fornecedores, elas não forneceram mais detalhes e não confirmaram nem negaram se estão adquirindo couro do Brasil fornecido pelas empresas de couro mencionadas neste relatório. A Mercedes-Benz afirmou que apenas uma pequena porcentagem do couro em suas cadeias de suprimentos vem do Brasil. A BMW declarou que, a partir de 2024, não terá mais couro do Brasil em sua cadeia de suprimentos.

CONCLUSÕES

A investigação da EIA mostra como o gado criado em fazendas envolvidas no desmatamento ilegal na Amazônia entra nas cadeias de suprimentos das principais empresas de carne e couro do Brasil, e mostra a exposição e risco que isso apresenta aos principais fabricantes de automóveis que adquirem couro automotivo de empresas como a Lear Corporation que dependem do Brasil para matérias-primas.

Apesar de operar em áreas de risco extremamente alto de desmatamento ilegal, como Rondônia, as empresas brasileiras produtoras de carne e as empresas de couro não conseguiram adotar sistemas de monitoramento da cadeia de suprimentos suficientes para garantir que o gado que compram não seja gado criado em terras desmatadas ilegalmente em algum momento de seu ciclo de vida. Além disso, na ausência de uma fiscalização governamental muito mais robusta, as GTAs e CARs continuarão vulneráveis a fraudes e abusos, formando portanto uma base frágil para sistemas de monitoramento. O governo e as empresas devem imediatamente tomar medidas para melhorar seus processos de verificação.

Ao contrário do que afirmam algumas empresas, o couro é tudo menos apenas um subproduto da produção de carne. O couro forma uma parte significativa da economia pecuária brasileira, altamente dependente dos mercados internacionais. A venda de peles é um importante contribuinte para a lucratividade do frigorífico em uma indústria onde as margens podem ser estreitas. O Brasil exporta mais de 80% do couro que produz, no valor de US\$ 1,4 bilhão em 2021. Os países importadores e as empresas têm um papel fundamental a desempenhar na

redução do desmatamento e no combate ao crime na Amazônia e outros biomas críticos no Brasil. A China está particularmente exposta, sendo o maior importador de carne bovina e couro do Brasil, em se tratando de valor. A Europa, liderada pela Itália, é o segundo maior importador de peles em valor, seguida pelos EUA. Esses mercados precisam liderar o caminho na regulação de seu comércio de commodities (como gado) que estão impulsionando o desmatamento.

A EIA conclui que sistemas de rastreamento de animais individuais desde o nascimento até o abate são necessários para manter o gado (criado em terras desmatadas ilegalmente) fora das cadeias de suprimentos. O governo brasileiro deve desenvolver e ordenar tal sistema com o total apoio e cooperação das empresas de carne. A nova regulamentação, do lado da demanda, nos países importadores também deve incluir a rastreabilidade - do nascimento ao abate - como parte dos requisitos de devida diligência.

A venda de couro é um importante contribuinte para a lucratividade do frigorífico em uma indústria onde as margens podem ser estreitas.

RECOMENDAÇÕES

GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL

- O governo do estado de Rondônia deve cessar imediatamente a emissão de Guias de Trânsito Animal para gado oriundo de fazendas ilegais e deve fornecer informações abrangentes sobre a pecuária ilegal aos órgãos federais e estaduais de aplicação da lei.
- O governo federal deve determinar a rastreabilidade total de cada espécime bovino individualmente - desde o nascimento até o abate - e disponibilizar recursos e suporte técnico para acelerar os requisitos, priorizando áreas nas quais a pecuária ilegal e a conversão de ecossistemas mais predominam.
- As agências federais e estaduais relevantes precisam ter recursos e pessoal adequado para implementar e fazer cumprir plenamente as leis existentes, particularmente aquelas que protegem os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e impedem a conversão de ecossistemas naturais
- O MPF e os promotores estaduais devem investigar as compras diretas e indiretas de gado criado ilegalmente em áreas protegidas, terras indígenas e fazendas onde ocorreu desmatamento (em violação ao Código Florestal) e processar empresas e indivíduos que violam a lei.
- O MPF e os promotores estaduais devem investigar fraudes e abusos nos sistemas GTA e CAR e processar empresas e indivíduos quando as violações forem encontradas. Ambos os sistemas devem ser sujeitos a auditorias regulares e independentes.
- O governo deve implementar rapidamente um processo de verificação robusto (para validar todos os CARs), que inclua verificação no campo e penalidades dissuasivas para o fornecimento de informações falsas ou imprecisas da parte dos registrantes.

EMPRESAS PRODUTORAS DE CARNE E COURO

- Adotar políticas e práticas imediatas de tolerância zero para abastecimento, seja direta ou indiretamente, de gado criado em áreas protegidas e/ou em terras desmatadas ilegalmente.
- Apoiar a adoção pelo governo brasileiro de um sistema obrigatório de rastreamento de animais individuais desde o nascimento até o abate.
- Adotar imediatamente uma política para deixar de tratar os comerciantes de gado como fornecedores diretos para fins de monitoramento da cadeia de suprimentos. Os fornecedores diretos devem ser definidos como aqueles em que o gado passou pelo menos uma etapa no processo de reprodução, criação ou engorda do animal.
- Realizar verificação independente dos CARs que não tenham sido validados pelo poder público.
- Comprometer-se em apoiar a ampla adoção de uma moratória sobre a expansão da pecuária em ecossistemas nativos na Amazônia, Cerrado e demais biomas.

EMPRESAS E INVESTIDORES INTERNACIONAIS

- Apoiar uma moratória sobre a expansão da pecuária em ecossistemas nativos na Amazônia, Cerrado e outros biomas.
- Apoiar a adoção pelo governo brasileiro de um sistema obrigatório de rastreamento de animais individuais desde o nascimento até o abate.
- Os compradores devem cessar imediatamente a compra de produtos de gado que estejam expostos ao risco de conversão de ecossistemas e à pecuária ilegal, a menos que a rastreabilidade total - do nascimento ao abate - e a conversão zero possam ser demonstradas.
- Os investidores devem retirar seus investimentos de empresas que não sejam capazes de garantir que suas cadeias completas de fornecimento de gado estejam livres de desmatamento e crimes.

REGULADORES NOS MERCADOS DE IMPORTAÇÃO

- Adotar leis fortes para regulamentar efetivamente o desmatamento e os abusos dos direitos humanos nas cadeias de suprimentos.
- Os requisitos obrigatórios de devida diligência na cadeia de abastecimento devem incluir, no seu âmbito de aplicação, todos os produtos bovinos significativos, em especial carne bovina e couro, e exigir a rastreabilidade total - desde o nascimento até o abate - no que se refere aos bovinos provenientes de zonas de alto risco. Particularmente:
 - Os Estados Unidos devem aprovar a Lei Florestal (FOREST Act);
 - A UE deve aprovar e aplicar de forma robusta o seu regulamento sobre desmatamento recentemente negociado;
 - O Reino Unido deve incluir produtos bovinos, particularmente carne bovina e couro, em sua regulamentação e garantir que os requisitos de devida diligência incluam rastreabilidade total, desde o nascimento até o abate;
 - A China e outros grandes mercados também devem mostrar liderança no desenvolvimento de regulamentações do lado da demanda para remover o desmatamento e os abusos dos direitos humanos das cadeias de suprimentos.

Apenas um sistema tornado obrigatório pelo governo para rastrear animais individuais, desde o nascimento até o abate, será suficiente para manter o gado (criado em terras desmatadas ilegalmente) fora das cadeias de suprimentos.



Imagem ©Douglas Engle 2022

O curtume Bluamerica, em Rondônia, tem capacidade de produção para processar quase metade do couro produzido no estado

METODOLOGIA

Para sua análise, a EIA utilizou uma grande amostra de informações das Guias de Trânsito Animal (GTAs), alvarás emitidos em Rondônia pela Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril (IDARON), para a movimentação de bovinos entre locais cadastrados. A amostra inclui cerca de 1,1 milhão de GTAs emitidos entre janeiro de 2018 e setembro de 2019. A amostra inclui quase todas as GTAs emitidas em 2018 e aproximadamente metade das emitidas em 2019.⁸⁷ A amostra para o período de janeiro de 2020 a maio de 2022 é entendida como contendo todas as GTAs emitidas durante este período. No total, o conjunto de dados combinados incluiu cerca de 7 milhões de GTAs. Todas as análises de GTAs discutidas neste relatório foram realizadas usando este dataset.

O nome, número de identificação pessoal (Cadastro de Pessoas Físicas, ou CPF) e endereço de indivíduos com fazendas registradas dentro da Reserva Extrativista Jaci-Paraná foram obtidos a partir de uma lista compilada pela IDARON em janeiro de 2022.⁸⁸ GTAs de nossa amostragem emitidos para mover gado para e de fazendas dentro de Jaci-Paraná foram identificados fazendo-se a correspondência entre o nome, CPF (quando disponível) e endereço da lista IDARON com informações nas GTAs. Dos 967 indivíduos e 730 endereços únicos na lista, a EIA identificou 683 indivíduos com 712 fazendas recebendo GTAs para mover gado para locais fora de Jaci-Paraná. Descobriu-se

que os formatos de endereço listados em GTAs variam para uma mesma fazenda ao longo do tempo. Nos casos contendo tais discrepâncias, as informações de marcador de rua e quilometragem foram extraídas de cada endereço e combinadas com endereços de fazendas semelhantes com o mesmo nome de fazendeiro ou CPF. Essas correspondências foram revisadas manualmente para fins de precisão e exatidão.

Como o conjunto de dados do GTA usado para a análise acima não continha dados para além de maio de 2022, a EIA também utilizou dados disponibilizados pela JBS, Marfrig e Minerva sobre suas fazendas fornecedoras diretas para avaliar transferências mais recentes das fazendas intermediárias nos estudos de caso apresentados neste relatório para os frigoríficos das empresas. No caso da JBS, dados adicionais de rastreabilidade do couro disponibilizados pela empresa online foram utilizados para fazer novas conexões entre fornecedores diretos, frigoríficos e curtumes.⁸⁹

A EIA obteve informações adicionais por meio de pesquisas de campo e conversas com funcionários da empresa.

Os dados de comércio a nível de remessas do Brasil e dos EUA foram adquiridos através da Panjiva e usados para analisar as exportações de couro da JBS, Vancouros e Viposa.

REFERÊNCIAS

1. Veja, por exemplo: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-deforestation-data-shows-22-annual-jump-clearing-amazon-2021-11-18/>
2. Veja, por exemplo: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021000595>
3. Veja, por exemplo: <https://www.nytimes.com/2022/03/07/climate/amazon-rainforest-climate-change-deforestation.html>
4. Um estudo de 2021 da Bain & Company estimou que as vendas de couro representam até 26% dos lucros das principais empresas de carne no Brasil: <https://www.bain.com/insights/brazils-path-to-sustainable-cattle-farming/>; veja também Earthsight, 2022: <https://www.earthsight.org.uk/media/download/1418>
5. Com base em dados publicados pela associação brasileira de couro CIBC: <https://cibc.org.br/storage/files/repositories/phpnDXHrq-total-exp-dec21-eng.pdf>
6. Quase um terço do couro produzidos no Brasil é usado para fins de couro automotivo de acordo com a Bain & Company, 2021 (op. cit.)
7. Veja, por exemplo: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/02/desmatamento-avanca-em-unidades-de-conservacao-estaduais-na-amazonia-25397952.ghtml>
8. Anistia Internacional, novembro de 2019. Fence off and bring cattle: Illegal cattle farming in Brazil's Amazon. <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/1401/2019/en/>
9. Com base nos números de capacidade de produção fornecidos aos investigadores da EIA pelos funcionários da empresa e de um abate em Rondônia de cerca de 2,5 milhões de couros/ano em 2020, conforme dados disponibilizados pelo IDARON em <http://www.idaron.ro.gov.br/>
10. Fornecedores da JBS, com base nas informações disponíveis em <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>; Fornecedores da Bluamerica, com base nas informações fornecidas aos investigadores da EIA por fontes e funcionários da empresa
11. Análise EIA das localizações dos curtumes azuis úmidos de cada empresa (ver seções relevantes neste relatório)
12. Entrevistas com investigadores de AIA em 2019 e 2020
13. Números dados na declaração de 2018 no site da Lear (acessado em dezembro de 2022): <https://www.lear.com/newsroom/farm-to-factory-responsibly-sourced-automotive-leather>
14. Lear reivindicou 30% de participação de mercado global para assentos de couro em uma apresentação de 2017, disponível em (acessado em dezembro de 2022): <https://ir.lear.com/static-files/879b28f7-fa06-4e76-ae2b-615097c375ab>
15. Vide o registro 10-K de 2021 da Lear na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA: <https://ir.lear.com/static-files/ba2e914c-66e4-4221-9574-a04dad4ad6c9>
16. Vide o registro 10-K de 2021 da Lear (op. cit.)
17. Entrevista com investigadores da EIA, fevereiro de 2021.
18. Entrevista com investigadores da EIA, janeiro de 2020
19. <https://www.europarl.europa.eu/news/fr/press-room/20221205IPR60607/deal-on-new-law-to-ensure-products-causing-deforestation-are-not-sold-in-the-eu>
20. <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/senate-bill/2950/text>
21. Schedule 17 do UK Environment Act 2021: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2021/30/contents/enacted>
22. Com base nos dados de desmatamento (PRODES) da Agência Espacial Brasileira (INPE), disponíveis em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal-amazon/rates>
23. Com base na análise de Mapbiomas, acessível aqui: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>
24. Veja, por exemplo: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021000595>
25. Ibid. Estimativa de rebanho bovino baseado em Rondônia de 16,2 milhões (dados do IDARON) e população de 2021 de ~ 1,8 milhão
26. Veja, por exemplo: <https://mapbiomas.org/en/deforestation-in-2021-increased-by-20-with-growth-in-all-biomes-1>
27. Para uma visão geral do Código Florestal, veja por exemplo: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10531-021-02159-x>
28. Vide, por exemplo: <https://pulitzercenter.org/pt-br/node/22746>
29. IPAM, fevereiro de 2022. https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf
30. Vide, por exemplo: <https://www.oeco.org.br/reportagens/sai-extrativista-entra-boi-a-lei-do-mais-forte-em-uma-reserva-extrativista-de-Rondônia/>; Anistia Internacional, novembro de 2019, op. cit.
31. Vide, por exemplo: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5557>
32. <https://www.bbc.com/news/technology-56168844>
33. Anistia Internacional, novembro de 2019, op. cit.
34. Resposta da IDARON a uma solicitação de Liberdade de Informação em janeiro de 2021
35. Vide, por exemplo: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ac5193>
36. Vide a análise do Mapbiomas Enforcement Monitor: <https://mapbiomas.org/en/data-on-enforcement-show-that-impunity-still-prevails-in-the-fight-against-deforestation>
37. <https://www.earthsight.org.uk/news/idm/illegal-cattle-ranching-rondonia-brazil-forest-destruction>
38. <https://oeco.org.br/videos/extrativistas-sao-ameaçados-por-pecuaristas-dentro-da-resex-jaci-parana-em-rondonia/>
39. Com base na análise de cobertura do solo do Mapbiomas e dados de desmatamento do INPE (op. cit.)
40. <https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/09/idaron-rebanho-resex-jaci-parana.pdf>
41. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/12/Onde-estamos-na-implementacao-do-Codigo-Florestal-radiografia-do-CAR-e-do-PRA-nos-estados-brasileiros.pdf>
42. Acessível em: <https://www.car.gov.br/publico/tematicos/restricoes>
43. Com base nos dados de CAR baixados em dezembro de 2022 de: <https://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads>
44. <https://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-obtem-decisao-na-justica-que-as-segura-protecao-a-ti-karipuna-em-rondonia-ro>
45. <https://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/docs/2022/embargos-de-declaracao-ti-karipuna>
46. <https://www.beefontrack.org/post/understanding-the-monitoring-protocol>
47. Anistia Internacional, novembro de 2019, op. cit.
48. Para um resumo, veja: <https://infoamazonia.org/2022/01/13/governo-de-Rondônia-mantem-vacinacao-e-controle-de-gado-ilegal-em-area-protegida-da-amazonia/>
49. Acordo firmado em 31 de março de 2021, Processo nº 7032816-60.2019.8.22.0001; cópia arquivada na EIA

50. <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/metade-dos-deputados-que-aprovaram-reducao-de-areas-protegidas-em-ro-sao-pecuaristas-ou-foram-financiados-por-proprietarios-rurais/>
51. https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2020/22364/msg_204_-_plc_080.pdf
52. <https://www.mpro.mp.br/pages/comunicacao/noticias/view-noticias/43225>
53. Nomes completos das empresas: Irmãos Gonçalves Comercio e Industria e Distribui Industria Comercio e Transporte de Carne Bovina, respectivamente
54. De acordo com dados fornecidos pela Beef on Track (acessado em dezembro de 2022): <https://www.beefontrack.org/transparency>
55. New York Times, novembro de 2021. <https://www.nytimes.com/2021/11/17/climate/leather-seats-cars-rainforest.html>
56. Com base em GTAs e informações disponíveis em: <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>
57. Com base em GTAs e informações disponíveis em: <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>
58. New York Times, novembro de 2021, op. cit.
59. Com base nos números de capacidade de produção fornecidos aos investigadores da EIA pelos funcionários da empresa e de um abate em Rondônia de cerca de 2,5 milhões de couros/ano em 2020, conforme dados disponibilizados pelo IDARON em <http://www.idaron.ro.gov.br/>
60. Entrevista com funcionário sênior da empresa feita por investigadores da EIA em 2020
61. Entrevista com funcionário sênior da empresa feita por investigadores da EIA em 2020
62. Confirmado por várias fontes independentes entre 2020 e 2022
63. Entrevistas com funcionários seniores da empresa por investigadores da EIA
64. Entrevistas com funcionários seniores da empresa; revisão dos dados de remessa obtidos através da Panjiva para importações dos EUA e exportações brasileiras de peles listadas no HS4107 em 2019-2021
65. Entrevistas com funcionários seniores da empresa feita por investigadores da EIA em 2019 e 2020, e informações disponíveis em: <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>
66. Com base em GTAs e informações disponíveis em: <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>
67. Com base em uma capacidade geral de produção de wet blue de cerca de 30.000 couros / dia estimada por um funcionário sênior da JBS em uma entrevista de 2019 feita por investigadores da EIA
68. Estimativa com base nos dados de envio acessados através do Panjiva
69. Entrevistas com funcionários seniores da empresa JBS e Vancouros levadas a cabo por investigadores da EIA em 2019-2020
70. Vide, por exemplo: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jul/27/revealed-new-evidence-links-brazil-meat-giant-jbs-to-amazon-deforestation>; <https://valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2021/10/07/prosecutors-see-irregularities-in-10percent-of-cattle-purchases-in-para.html>; <https://unearthed.greenpeace.org/2022/11/11/jbs-cattle-brazils-biggest-deforester-amazon/>; <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2022/amazon-beef-deforestation-brazil/>; <https://www.nytimes.com/2021/11/17/climate/leather-seats-cars-rainforest.html>; <https://www.bloomberg.com/graphics/2022-beef-industry-fueling-amazon-rainforest-destruction-deforestation/>
71. <https://fortune.com/company/lear/fortune500/>
72. Vide o Relatório Anual Lear 2020: <https://ir.lear.com/static-files/97a539f8-6cff-43c7-9417-1bcec243bf3>
73. <https://ir.lear.com/news-releases/news-release-details/lear-completes-acquisition-eagle-ottawa>; <https://ir.lear.com/static-files/879b28f7-fa06-4e76-ae2b-615097c375ab>
74. A Lear detinha 30% de participação de mercado global para assentos de couro, segundo uma apresentação de 2017, disponível em (acesso em dezembro de 2022): <https://ir.lear.com/static-files/879b28f7-fa06-4e76-ae2b-615097c375ab>
75. Vide o registro 10-K de 2021 da Lear na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA: <https://ir.lear.com/static-files/ba2e914c-66e4-4221-9574-a04dad4ad6c9>
76. Com base nos dados de remessa brasileiros acessados através da Panjiva; a Viposa não é visível nos registros de remessa, provavelmente devido ao uso de empresas de agenciamento de carga, e não pôde ser avaliada
77. Dados de remessa dos EUA acessados através do Panjiva
78. Para obter uma visão geral, consulte: https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1638302274-livro_boi_na_linha_-_from_commitment_to_action_-_14x21cm_-_ingles_v4_web.pdf
79. Veja, por exemplo: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/uploads/documents/Supply%20Chain%20of%20Managementor%20Beef%20Production_Exports%20and%20i%20Deforestationn%20Brazil%20b%20Gabriel%20Lui%2011.1.pdf
80. Política disponível em: <https://jbs.com.br/en/press/jbs-makes-global-commitment-to-achieve-net-zero-greenhouse-gas-emissions-by-2040/>
81. Política disponível em: <https://marfrig.com.br/en/sustainability/marfrig-verde-mais>
82. Política disponível em: <https://www.minervafoods.com/wp-content/uploads/2021/04/Minerva-Foods-Commitment-to-Sustainability.pdf>
83. Nenhuma das empresas publicou compromissos concretos ou submeteu suas políticas ao Carbon Disclosure Project ou às iniciativas Forest500, que monitoram os compromissos corporativos sobre o desmatamento. Política da Viposa disponível em: <https://www.vipleathergps.com.br/>
84. Lear 2021 Relatório de Sustentabilidade e Política de Não Desmatamento (revisado em março de 2022): https://assets.website-files.com/6019e43dcfad3c059841794a/624345ee0c3fd2e63b1eba07_No%20Desmatamento%20Policy%20-%202022%20March%20Revision.pdf
85. Relatório de Sustentabilidade 2020 arquivado no EIA; consulte também (acesso em dezembro de 2022): <https://www.lear.com/newsroom/farm-to-factory-responsibly-sourced-automotive-leather>
86. Lear, 2022, registro 10-K na U.S. Securities and Exchange Commission: <https://ir.lear.com/static-files/ba2e914c-66e4-4221-9574-a04dad4ad6c9>
87. Consulte a página 147 do relatório de gestão da IDARON para 2019: <http://www.idaron.ro.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-IDARON-2019.pdf>
88. Lista em arquivo da EIA
89. A plataforma online da JBS está disponível aqui: <https://jbs360.com.br/en/leather-id/>



EIA EUA

Caixa Postal 53343
Washington, DC 20009 EUA

T: +1 202 483-6621

E: info@eia-global.org

us.eia.org